

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Migrações, Inter-etnicidade e Transnacionalismo realizado sob a orientação científica de Margarida Marques e José Leitão

*Ad Alessandro, Claudia e Daniele;  
e a tutti gli amici- famiglia che ho incontrato strada facendo*

# **A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, CRIME E RE-INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE. ESTUDO DE CASO DOS CONDENADOS- MULHERES E JOVENS- DA PRISÃO DE BUEA, CAMARÕES**

**AUTOR IOLANDA MARIA APOSTOIAEI**

PALAVRAS-CHAVE: Camarões, educação, criminalidade, mulheres

KEYWORDS: Cameroon, education, criminality, women

O objectivo desta estagio é, em primeiro lugar ver e observar como se desenrola a vida diária das mulheres e crianças nos Camarões, sendo as duas categorias consideradas entre as mais vulneráveis e todas as sociedades, e especialmente num país do chamado terceiro mundo, num sitio com um índice de desenvolvimento humano muito baixo.

A ideia e' observar como os direitos das mulheres e das crianças são respeitados, qual' é o peso dado a educação( especialmente das meninas, num país onde a poligamia é legalmente e socialmente aceita) e quais são os obstáculos no acesso a educação. Sendo o tema bastante amplo, vou concentrar o enfoque sobre a relação entre educação/ acesso a educação e criminalidade.

O primeiro capítulo é uma apresentação geral do país, cobrindo as áreas mais importantes: história, geografia, demografia, cultura. O segundo capítulo descreve a instituição onde decorreu o estagio, junto as actividades e as tarefas realizadas. Na parte final encontra-me as reflexões nascidas dessa experiência: no lado prático sobre a organização e funcionamento de uma ONG e no lado teórico sobre a relação entre educação e criminalidade.

The objective of this stage was mainly to observe how unfold the daily life of women and children in Cameroon, being the two categories considered among the most vulnerable and all societies, and especially in a country of the so- called third world , in a place with a very low index of human development .

The idea was to observe how the rights of women and children are respected, what is the weight given to education( especially for girls , in a country where polygamy is legally and socially accepted) and what are the obstacles to the access to education. Being the very broad topic, I will on the focus on the relationship between education / access to education and crime.

The first chapter is an overview of the country, covering the most important areas: history, geography, demographics, culture. The second chapter describes the institution where the stage took place and the activities and tasks performed. In conclusion, the reflections born from this experience: on the practical side about the organization and functioning of an NGO, and the theoretical side about the relationship between education and crime.

# INDICE

## INTRODUÇÃO

### 1. CONTEXTO GERAL

- 1.1. Camarões
  - a. História
  - b. Geografia
  - c. Economia
  - d. Demografia
  - e. Migrações
  - f. Religião
  - g. Cultura e Sociedade
- 1.2. Caracterização do sistema jurídico do país
  - 1.2.1. Tribunais de lei ordinária
  - 1.2.2. O sistema judicial tradicional
- 1.3. A corrupção
- 1.4. Os direitos humanos nos Camarões

### 2. A INSTITUIÇÃO

- 2.1. ONGs no desenvolvimento
- 2.2. Caracterização da instituição
- 2.3. Objectivos
- 2.4. Metodologia e ferramentas de pesquisa

### 3. PLANO DO TRABALHO DO ESTÁGIO

- 3.1. Actividades
- 3.2. Plano de trabalho

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 1. Relação educação-criminalidade
- 2. O papel das ONGs no desenvolvimento

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

## ANEXOS

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BI Borstal Institute

BM Banco Mundial

CPPB Chefe de Polícia de prisão de Buea

GCI ONG Global Conscious Initiative

HisR ONG Human is Right

FMI Fundo Monetario Internacional

PDP Projeto Direitos dos Presonortes

NNGO Northern ONG, ONG do Norte do mundo

SNGO Southern ONG, ONG dos países do Sul do mundo

UB University of Buea



## INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se ao estágio que a autora realizou na sede da ONG *Human Is Right* em Buea (Região Sudoeste dos Camarões), de Janeiro a Abril de 2013.

Neste relatório poder-se-ão encontrar descritos o local de estágio, assim como as atividades desenvolvidas ao longo dos três meses de duração do mesmo. Posteriormente, encontra-se a reflexão crítica, dividida por aprendizagens, dificuldades e sugestões, que faz a avaliação geral do estágio.

A ideia deste trabalho nasceu da proposta de colaborar com a ONG *Human Is Right*. De África sabia muito pouco, apenas o que aprendi durante a licenciatura em Cooperação e Desenvolvimento, em cursos como 'História e Política da África' e outros cursos relacionados com o tema dos países em desenvolvimento. É um continente que sempre me fascinou pela sua cultura e tradição e, muitas vezes no passado, considerei a ideia de ir conhecer este mundo através uma experiência de voluntariado. Um desejo concretizado quando surgiu a proposta para esta colaboração.

Decidi aceitar porque pensei que era a uma ótima oportunidade para aproximar-me da realidade africana dentro do que pensava ser um projecto estruturado e concreto. Um projecto que, entre outras coisas, ia permitir-me conhecer pessoas de outro sítio, que compartilham os meus interesses profissionais. A possibilidade de fazer educação para o desenvolvimento e de observar o respeito dos direitos humanos num contexto diferente e em contacto com outros educadores, advogados, etc., pareceu-me uma oportunidade muito interessante para a minha formação. Para além disso, a minha perspectiva de trabalho futuro na cooperação é, desde sempre, no âmbito dos grupos vulneráveis e das situações sociais difíceis.

Decidi escrever sobre este assunto, porque pensei que a experiência que me aguardava seria complexa e exigiria uma análise cuidadosa.

O objectivo deste estágio é, em primeiro lugar, ver e observar como se desenrola a vida diária das mulheres e crianças, sendo as duas categorias consideradas entre as mais "vulneráveis" em todas as sociedades e, especialmente, num país do chamado Terceiro Mundo, num sítio com um índice de desenvolvimento humano muito baixo.

A ideia inicial era observar como os direitos das mulheres e crianças são respeitados, qual é o peso dado à educação (especialmente das meninas num país onde a poligamia é culturalmente e juridicamente aceite) e quais são os obstáculos no acesso à educação.

## BIBLIOGRAFIA

- Abrunhosa Gonçalves, Rui(1993) A adaptação a prisão- um processo vivido e observado, Direção Geral dos Serviços Prisionais, Lisboa
- Abrunhosa Gonçalves, Rui( 2008) Delinquência, crime e adaptação a prisão, Ed. Quarteto, Lisboa
- Anderson K, Rieff D.( 2005) Global Civil Society, Sage London
- DeLancey, Mark Dike; Mbuh,Rebecca; Delancey, Mark W.(2010) Historical Dictionary of the Republic of Cameroon, Scarecrow Press, USA
- Ellis, Stephen; Gerrie ter Haar(2004) Worlds of Power: Religious Thought and Political Practice in Africa, Oxford University Press, New York
- Fonjong, Lotsmart N.(2007) The Challenges of Nongovernmental Organisations in Anglophone Cameroon, Nova Science Publishers, New York
- Fowler, Alan; James, Rick(1994) The Role of Southern NGO in Development Cooperation, INTRAC, Occasional Paper Series , N.2, Oxford
- Geschiere, Peter( 1995) The Modernity of Witchcraft Politics and the Occult in Postcolonial Africa, University of Virginia Press, Karthala, Paris
- Gilbert, Nigel- org.(2001), Researching Social Life, Sage, London
- Hengehold, Laura( 2009) Witchcraft, Subjectivation and Sovereignty: Foucault in Cameroon, Les Cahiers de Sens Publique N.10
- Hossain, Kamal (2000) Human Rights Commissions and Ombudsman Offices: National Experiences throughout the World, Kluwer Law International, Netherlands
- Johnson-Hanks, Jennifer( 2003) Education, Ethnicity, and Reproductive Practice in Cameroon
- Kenfack, Pierre-Étienne( 2009) La gestion de la pluralité des systèmes juridiques par les États d'Afrique Noire: les enseignements de l'expérience camerounaise, CRDF, no7
- Lee, Julian( 2004) NGO Accountability: Rights and Responsibilities, Casin, Geneva
- Levack, Brian P.( 2001) New Perspectives on Witchcraft, Magic, and Demonology: Witchcraft, Routledge, London
- Lewis, D., Kanji, N.(2009) Non-Governmental Organizations and Development, Routledge, London

- Lewis D., Opoku- Mensah P.( 2006) Moving forward Research Agendas on Internacional NGOS: Theory, Agency and Context, Journal of Internatioal Dvelopment 18, InterScience
- Lewis, D.( 2001) The Management of Non-Governmental Development Organizations, Routledge, London 2001
- Lochner, Moretti( 2001) The Effect of Education on Crime: Evidence from Prison Inmates, Arrests, and Self-Reports, Lance NBER Working Paper No. 8605
- Manyi, Eyong Evelyn( 2007) Local Governments and Rural Development: A Case Study of Buea in Cameroon, Centre for Development and the Environment, University of Oslo, Norway
- Mbaku, John Mukum(2005) Culture and Customs of Cameroon, Greenwood Press, USA
- Ndive-Hil, Nessie( 2008) A Retrospective Investigation of Women's Education in the South West Cameroon, UMI, USA
- Nwel, Pierre Titi( 2009) Corruption in Cameroon, Friederich-Ebert- Stiftung, Cameroon
- Peretz, Henri( 2000) Metodos em sociologia, Temas e debates, Lisboa
- Ribeiro, Mario Parceiras(1999) Estado- Ong. Estudo de caso. Cadernos Norteisul 6, Lisboa
- Roche, Christian( 2001) Afrique noire et la France au dix-neuvième siècle, Colection 4 Vents, Karthala, Paris
- Séraphin, Gilles( 2009) L'effervescence religieuse en Afrique : La diversité locale des implantations religieuses chrétiennes au Cameroun et Kenya, Karthala, Paris
- Tvedt, T( 2002) Development NGOs: Actors in a global Society or in a New Internacional Social System? International Journal of Voluntary and Nonprofit Organisation, Vol 13, No. 4
- Tvedt T,(2002) Angels of Mercy or Development Diplomats, James Currey: Oxford
- Valentim, A.( 2000) Velho Brasil, novas Africas, Ed. Afrontamento, Porto
- Yana, Simon David( 1997) Statuts et rôles féminins au Cameroun Réalités d'hier, images d'aujourd'hui, Politique africaine N. 65, L'Afrique des Femmes, Paris
- Wallace T., Bornstein I., Chapman J.( 2006) Compromise and Coercion: Development Ngo and Aid Chain. Publishing ITDG , Rugby

## FONTES

<http://www.amnesty.org/en/region/cameroon/report-2013#section-24-5>, Annual Report 2013

<http://www.amnesty.org/en/library/asset/AFR17/001/2009/en/126d20cd-de59-11dd-b660-fb1f16ee4622/afr170012009en.pdf>

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cm.html>

[www.fao.org](http://www.fao.org) Pamo, Etienne Tedonkeng- Cameroon- Country Profile

<http://www1.fee.uva.nl/scholar/wp/wp48-04.pdf> The Effects of Education on Crime, Wim Groot, Henriëtte Maassen van den Brink

<http://www.hrw.org/node/114183/section/2> Guilty by Association Human Rights Violations in the Enforcement of Cameroon's Anti-Homosexuality Law

<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/panorama.pdf>

[http://www.iomdakar.org/profiles/sites/default/files/Cameroun\\_Profile\\_2009.pdf](http://www.iomdakar.org/profiles/sites/default/files/Cameroun_Profile_2009.pdf), Organisation Internationale por les Migrations- Migration au Cameroun, Profil National 2009

<http://www.neiu.edu/~circill/luedke/anth224/domes.pdf> Geschiere P, Fisiy C( 1994) Domesticating personal violence: witchcraft, courts and confessions in Cameroon, Africa( 64)

<http://www2.ohchr.org/english/law/cat.htm> Convention against Torture and Other Creul, Inhuman or Degrading treatment or Punishment

<http://www.politique-africaine.com/numeros/pdf/065035.pdf> Politique africaine N. 65( 1997) L'Afrique des Femmes, Khartala, Paris

<http://www.spm.gov.cm/le-cameroun/population.html>, Cf. Portail de government du Cameroun- Services du Premier Ministre

<http://www.un.org/documents/ga/res/43/a43r173.htm> Body of Principle for the Protection of All Persons under Any Form of Detention or Imprisonment

## **LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 Mapa dos Camaroes

Figura 2 Regioes dos Camaroes

Figura 3 Piramide idade populacao Camaroes

## **ANEXOS**

1. INTRODUCTIVE QUESTIONNAIRE BORSTAL ISTITUTE
2. DESCRIPTION BORSTAL INSTITUTE BUEA
3. MEMORANDUM OF UNDERSTANDING
4. PRISIONERS' QUESTIONNAIRE
5. PRISON WORKERS QUESTIONNAIRE
6. JANUARY REPORT

### **1. INTRODUCTIVE QUESTIONNAIRE TO BORSTAL ISTITUTE**

- 1- Which is the aim Borstal Institute?
- 2- What is the timetable of activities?
- 3- Which skills trainings are you providing? To what type of people?
- 4- How many kids are you actually hosting?
- 5- How many kids is it possible to host in this structure?
- 6- Which is the range of age?
- 7- Which are the common charges against them?
- 8- Have they got access to education as the one provided by a school?
- 9- Have they got access to medical facilities?
- 10- How often are the kids allowed to meet their relatives?
- 11- Are the kids periodically allowed to go outside of the structure? If yes how often?
- 12- Do the kids have the support of a psychologist? If yes, how often they can meet?
- 13- How many people are working inside the structure? Which are their professions?
- 14- Which needed specialists are missing in the moment in the structure?
- 15- Do you know why there are juveniles that are staying in jail instead than in Boastal Institute?
- 16- What are the basic needs of the structure?
- 17- Which will be the biggest priority for a better functioning of the structure?
- 18- How is the structure financed?
- 19- Are the kids supposed to pay any fees? If yes, how much is the fee for each kid per month?
- 20- Who supposed to pay for the kids?
- 21- Are you open to collaborate with our NGO and other organizations in the limit of your possibilities?

### **2. DESCRIPTION BORSTAL INSTITUTE**

WHO IS ADMISSABLE IN THE BEHAVIOUR MODIFICATION PROGRAM OF BORSTAL INSTITUTE BUEA?

1. Juvenile delinquent: youh of age 12 to 17 years who has committed an offence punishable under the Cameroonian Penal Code.
2. Socialy maladjusted youth/ status offender: Young person whose behavioural patterns are likely to lead him to delinquency and so necessitates of prevention and treatment. Examples of such behavior:
  - truancy in school
  - vagabondage
  - unacceptable sexual behavioural
  - nocturnal outings
  - family violence
3. Delicate social cases: include children in special social situations which may be considered as hihg risk cases. They include:
  - orphans

- abandoned children
- runaway or street children

#### CONDITIONS OF ADMISSION

- be one of the above mentioned cases
- be between 12 and 17 years of age and of the male sex
- be of normal intelligence and of normal health

#### REFERAL SYSTEM

A. Judicial placement – is effected by the presiding magistrate of a component Court for a young person aged below 18 years who has been duly tried in court for the commission for an offence punishable under the Cameroon Penal Code and regulated by the Criminal Procedure Code, but who by virtue of his age and in accordance with section 80 of the Cameroon Penal Code and section II of from article 712- 728 of the Criminal Procedure Code, cannot be sentenced to a jail term but should benefit from special measures of child protection and education

B. Administrative placement: at the initiative of the family or the Social Welfare services of the locality a socially maladjusted child, status offender, a delicate social case( orphans, abandoned child and family run away)that is considered to be at high risk, can be recommended for admission to the Borstal Institute.

The determinate of whether or not to place the child in Borstal Institute is made by the head of the Regional or Divisional Social Welfare Services based on the findings contained in the Social Inquiry Report.

#### THE ADMISSION FILE

The admission file should contain the following documents:

- a handwritten application addressed to the Director of Borstal Institute Buea
  - a certified copy of birth certificate
  - a medical certificate of physical and mental fitness
  - a social enquiry report
  - a placement order issued by the court or by the Divisional Delegate of social Affairs( for administrative placement only) who should equally inform the competent Court Authority within 48 hours
  - a school attestation for those attending or of school age
  - a legalised parental engagement
  - 04 passport size photos
  - parents participation fees, including insurance, uniform, excursion, health care, caution
- [www.borstalinstitutebuea.yolasite.com](http://www.borstalinstitutebuea.yolasite.com)

#### PRESS RELEASE

The public is hereby informed that the Borstal Institute in Buea is a Re- education and Reformation Centre created in 1965, with boarding and recreational facilities for juvenile delinquents, street children and socially maladjusted youths of male sex, aged between 12 and 17 years.

### **3. MEMORANDUM OF UNDERSTANDING between Human Rights (NGO) and Juvenile correction centre Borstal Institute Buea – Cameroon**

- Purpose and Scope
  - The purpose of this Memorandum of Understanding (MOU) is to clearly identify the roles and responsibilities of each party in order to ensure maximum collaboration
  - Both parties would ensure that program activities are conducted in compliance with all applicable school laws, rules and regulations.
- MOU Term
  - The term of this MOU Agreement is the period within which the project responsibilities

of this agreement shall be performed. The term commences January 2013 and terminates January 2015.

- Human Is Right Responsibilities

Human Is Right shall undertake the following activities during the duration of the MOU term:

1. Provide training and technical assistance to students, trainees and teachers
2. Support social education program performed in Institute
3. Provide needed resources for the workshops and leisure time activities
4. Ensure that Scope of Work activities do not interfere with the official institution program

- Borstal Institute Responsibilities

Borstal Institute shall undertake the following activities during the duration of the MOU term:

1. Provide facilities for educational programs for juveniles depending on possibilities of Institute
2. Ensure that students actively participate in educational projects
3. Ensure that the institution rules and regulations are respected

#### **4. PRISONER'S QUESTIONNAIRE**

##### PERSONAL INFORMATION

- Case file number:
- Name:
- Gender:
- Date of birth, Place of birth:
- Residence prior to arrest and/or detention:
- Nationality:
- Identify document (if any), Issued by, On (date), No.:
- Profession:
- Name of father, Name of mother:
- Do you have any children? If yes, how old are they and who is taking care of them?
- Name, relationship, phone number, and address of next to kin (i.e. family member or other unrelated contact person):

##### ARREST

- Date of arrest; Place of arrest:
- Forces who carried out the arrest:
- Did they show a warrant or other decision by a public authority?
- Authority who issued the warrant or decision:

- Accusation against you:

#### DETENTION

- Date of admission to the prison:
- Duration of detention:
- Forces holding the detainee under custody:
- Places of detention (including any transfer and present place of detention) and duration at each place of detention:
- Authorities that ordered the detention:
- Can you explain what happened (i.e. the circumstances that brought you to prison)?

#### GROUNDS OF ILLEGALITY OF ARREST OR DETENTION OR FAILURE TO OBSERVE THE FORMALITIES AS PROVIDED BY LAW

##### PERSONS UNDER DETENTION WITHOUT SENTENCE

##### Legal Status of Persons Under Detention Without Sentence

*Anyone who is arrested should be informed, at the time of arrest, of the reasons for his/her arrest and should be promptly informed of any charges against him/her. [ICCPR, article 9, para. 2 (category III); ICCPR, article 14, para. 3(a) (category III); Principles on Detention or Imprisonment, principle 10 (category III); Principles on Detention or Imprisonment, principle 11, para. 2 (category III)]*

- Were you informed, at the time of arrest, of the reasons for your arrest?
- Were you promptly informed of any charges against you?

*Anyone who is arrested or detained should be brought promptly before a judicial authority for the purpose of having the legality of his/her arrest or detention reviewed and should be released if the detention is found to be unlawful. [UDHR, article 10 (category III); ICCPR, article 9, para. 4 (category III); ICCPR, article 14, para. 1 (category III); Principles on Detention or Imprisonment, principle 11, para. 1 (category III); Principles on Detention or Imprisonment, principle 32, para. 1 (category III); Principles on Detention or Imprisonment, principle 37 (category III)]*

*Anyone who is arrested or detailed has the right to trial within reasonable time or to release pending trial. [ICCPR, article 9, para. 3 (category III); Principles on Detention or Imprisonment, principle 32, para. 1 (category III); Principles on Detention or Imprisonment, principle 38 (category III)]*

- Have you been brought to the court? If yes:
  - When, which court, and what was the result?
  - If adjourned, for what reason? If no, why not?
- When is your next court date and which court?

Access to Lawyers and the Outside World

*All arrested or detained persons should have access to a lawyer or other legal representative and adequate opportunity to communicate and consult with that representative to prepare their defence. Legal assistance should be assigned where the interests of justice so require and without payment if one does not have sufficient means to pay for it. [ICCPR, article 14, para. 3(b) and (d) (category III); Principles on Detention or Imprisonment, principles 17 and 18 (category III)]*

- Have you been able to contact and receive visits from a lawyer? If yes, how often and what is the name/phone number of your lawyer? If not, why not?
- If you do not have sufficient means to pay for legal assistance, have you had legal assistance assigned to you without payment?
- Were your family members, legal representatives, and other appropriate persons notified about your detention and where you were/are being detained?

*The families, legal representatives and, if appropriate, diplomatic missions of prisoners are to receive full information about the fact of their detention (e.g. reasons for and time of the arrest) and where they are held. [Principles on Detention or Imprisonment, article 12 (category III)]*

*Untried prisoners should be allowed to promptly notify their family members or other appropriate persons of their choice of their arrest, detention, or transfer and of their place of custody. [Principles on Detention or Imprisonment, principle 16, para. 1 (category III)]*

*Parents are to be notified of the admission, transfer, release, sickness, injury, or death of a juvenile. [CRC, article 37(c); CRC, article 40, para. 2(b)(ii)]*

- Do you have regular contact with your family and friends? If no, why not?

*All prisoners should not be subjected to arbitrary interference with his/her privacy, family, home, or correspondence. [UDHR, article 12 (category III); ICCPR, article 17]*

*All prisoners should have the right to communicate with the outside world, especially with their families or counsel. [Principles on Detention or Imprisonment, principle 15 (category III); Principles on Detention or Imprisonment, principle 19 (category III)]*

#### Letters

- Can you write letters to people outside the prison? Are you aware whether they receive all of them?
- Can you receive letters from people outside the prison? Are you aware whether you receive all of them?
- How many letters are you allowed to send and receive?
- Do the prisoner workers ever open up letters without your presence?
- Does the prison supply writing material and postage stamps?

#### Visits

- Can you receive visits?
  - If yes, how often and for how long?
- Can you talk to your visitors in private?
- Has your right to be visited ever been removed for disciplinary reasons?

#### Telephones

- Do you have access to telephones?

#### Release on Bail

*Persons awaiting investigation or trial should not be detained in custody as a general rule except upon the written order of such an authority. [ICCPR, article 9, para. 3 (category III); Principles on Detention or Imprisonment, principle 37 (category III)]*

*Release pending trial should be envisaged as early as possible. [Principles on Detention or Imprisonment, principle 39 (category III)]*

- Have you or anybody applied for bail?
  - If yes, did the court grant you bail?

If yes, why were you not released?

- If no, why not?

## RIGHT TO PHYSICAL AND MORAL INTEGRITY

### Prohibition of Torture and Ill-Treatment / Discipline and Punishment

#### Prohibition of Torture and Ill-Treatment

*No one shall be subjected to torture or to cruel, inhuman or degrading treatment or punishment. There are no exceptions. [UDHR, article 5 (category III); ICCPR, article 7; Principles on Detention or Imprisonment, principle 6 (category III); CAT, preamble and article 2]*

*No detained person while being interrogated should be subject to violence, threats, or methods of interrogation which impair his capacity of decision or his judgment. [Principles on Detention or Imprisonment, principle 21 (category III)]*

*The duration of, intervals between, and officials who conducted the interrogations should be recorded. The prisoner or his/her counsel should have access to it. [Principles on Detention or Imprisonment, principle 23 (category III)]*

*Any individual who alleges he/she has been subjected to torture has the right to complain and to have his case promptly and impartially examined by, its competent authorities. [Principles on Detention or Imprisonment, principle 33 (category III); CAT, article 13]*

*All deaths in custody and disappearances of prisoners shall be properly investigated. [Principles on Detention or Imprisonment, principle 34 (category III)]*

#### Discipline and Punishment

*All disciplinary offences and punishments must be specified by law or by published legal regulations. [Principles on Detention or Imprisonment, principle 30 (category III)]*

*Prisoners who are subject to disciplinary action should have the right of appeal to a higher authority. [Principles on Detention or Imprisonment, principle 30, para. 2 (category III)]*

- How is your relationship with the prison workers?
- Has any force been used against you? If yes:
  - What did they do to you?
  - Who carried out the force? Where did it occur? Why did they do it?
  - Have you complained and/or had your case examined?

- If yes, what were the results?
- Do you know any (other) prisoners who have been tortured or treated poorly?

#### RIGHT TO AN ADEQUATE STANDARD OF LIVING

*All persons deprived of their liberty shall have the right to an adequate standard of living, including adequate food, drinking water, clothing, and accommodation. [UDHR, article 25 (category III); ICESCR, article 11; CRC, article 27]*

##### Accommodations

- Which ward do you live in?
- How many prisoners live in your cell?
- How many beds are there in your cell?
- Can you sleep on a bed? If not, where do you sleep?
- Do you have a mattress, a pillow, sheets, and other facilities in your cell?
- What is the temperature in your cell? Is there enough ventilation? Is it adequately heated?
- Are there windows and light switches in your cell? Are you able to close and open them?
- How is your relationship with your cellmates?
  
- Are there separate wards or cells for men and women?
- Are there separate wards or cells for convicted and non-convicted detainees?

*accused persons should, except in exceptional circumstances, be segregated from convicted persons and should be subject to separate treatment appropriate to their unconvicted status. [ICCPR, article 10, para. 2(a); Principles on Detention or Imprisonment, principle 8 (category III)]*

- Are there separate wards or cells for adults and juveniles?

*Children who are detained should be separated from adult prisoners and brought to trial as speedily as possible. [ICCPR, article 10, para. 2(b); CRC, article 37(c)]*

##### Right to Adequate Food and Drinking Water

*Adequate food and drinking water are human rights. [ICESCR, article 11]*

- How many meals are served per day? At what times?
- How is the quality and quantity of food?
- What variety of food is served?
- Do you have any meat or fish? If yes, how many times per week?
- How and where is the food prepared and served?

- Who prepares the food?
- Can you grow your own food?
- Is your family allowed to supply food?
- Do you have constant access to clean drinking water?

#### Right to Clothing

*Clothing as a component of the right to an adequate standard of living is a human right. [ICESCR, article 11]*

- Do you wear a uniform or your own clothes?
- If you wear your own clothes, is your family allowed to provide regular clean clothes?
- How often do you change your clothes?
- What are the arrangements for washing and drying your clothes?
- Who washes your clothes?
- How often is this done?
- What are the facilities for washing and drying your clothes?

#### Right to Property

*Everyone has the right to own property. No one should be arbitrarily deprived of his/her property. [UDHR, article 17 (category III)]*

- Are prison workers taking or asking for any property (goods or money) of yours or of other inmates? If yes, why?
- Are prison workers taking or asking for any property (goods or money) of people coming to visit you or other inmates? If yes, why?

#### HEALTH RIGHTS OF PRISONERS

##### Health Screening for All New Prisoners

*All prisoners should be offered a proper medical examination as soon as possible after admission. [Principles on Detention or Imprisonment, article 24 (category III)]*

- Have you been interviewed and examined by a doctor as soon as possible after your admission?

##### The Right of Prisoners to Have Access to Health Care

*All prisoners have the right to the highest attainable standard of physical and mental health. [ICESCR, article 12]*

*Any necessary medical care and treatment should be provided free of charge. [Principles on Detention or Imprisonment, article 24 (category III)]*

*Prisoners should generally have the right to request a second medical opinion. [Principles on Detention or Imprisonment, article 25 (category III)]*

*A medical examination, the physician's name, and examination results should be recorded. There should be access to such records. [Principles on Detention or Imprisonment, article 26 (category III)]*

- How often is a doctor or nurse available?
- When you ask to see a doctor or nurse, are you able to see one?
  
- How many times have you seen a doctor or nurse?
- Have you ever been brought to the hospital? If yes:
  - Did you have to pay for the transportation?
- Have you ever needed medication? If yes:
  - Were you given such medication?
  - Did you have to pay for it?
- Did you have any health conditions before entering the prison? If yes:
  - What is the proper treatment? Do you have to take any medication for it?
  - Have you been able to properly treat or obtain medication for it since entering the prison?
- How has your health conditions been since you entered the prison?
  - If your health condition has worsened, what do you think is the cause?
- Are you aware of any cases where fellow prisoners have been denied medical attention?
  - If yes, what was the result?
- Are you aware of any cases of serious illness, injury, or death?
  - If yes, do you know the names, dates, kind, and causes of such cases?

#### Hygiene

- Is your cell clean?
- How often is your cell cleaned and by who?
- Are the toilets and showers in working order and clean?

- How often are the toilets and showers cleaned and by who?
- Are you able to use the toilets and showers in private?
- How often can you use the toilets and showers?
- Where are the toilets located? If not in the cells, are there delays in being released from the cells to use the toilets?
- Are you given soap, clean towels, sanitary supplies (for female prisoners only), and shaving materials (for male prisoners only)?

#### MAKING THE BEST USE OF PRISONS

*The main aim of the prison authorities in their treatment of prisoners should be to encourage personal reformation and social rehabilitation. [ICCPR, article 10, para. 3]*

#### Work

*Prisoners should be remunerated for the work they do. [UDHR, article 4 (category III); UDHR, article 23 (category III); ICCPR, article 8]*

- Do you work? If yes:
  - What kind of work do you do?
  - Are you forced to do this work without pay?

#### Education and Cultural Activities

*All prisoners should have a right to education and cultural activities. [UDHR, article 26 (category III); UDHR, article 27 (category III); ICESCR, article 13]*

- Do you have access to newspapers/books?
- If below 18 years old, are you getting any education or training?

*Juveniles of compulsory school age have the right to education and to vocational training. [ICESCR, article 13; CRC, article 28]*

#### Leisure

*Everyone has the right to rest and leisure, including reasonable limitation of working hours. [UDHR, article 24 (category III)]*

- How much time do you spend outdoors per day?
- What can you do during this period?

- Can you listen to the radio?
- Can you watch TV?

#### Religion

*All prisoners have the right to adopt a religion of their choice. [UDHR, article 18 (category II); ICCPR, article 18 (category II)]*

- Do you have access to a minister of your religion?

#### FURTHER SUGGESTIONS

- According to you, what are the most important issues to be improved in the prison?
- Would you like to give any suggestion on what we could do?

#### PLANS AFTER RELEASE

- Before your arrest you was working? If yes, which was your work?
- Which other activities have you performed during your life?
- Which are your abilities? Can you... ?
- How do you like the idea to work in the agriculture sector? (from 1 to 10)
- How do you like the idea to work like shoes repair?
- How do you like the idea to cook food in the street?
- How do you like the idea to run your own small business? If yes, of which kind?
- If you would be able to perform whichever job, which one you would prefer?

### 5. PRISON WORKERS QUESTIONNAIRE

#### PERSONAL INFORMATION

- Name and surname, Gender, Profession:
- How long have you been working in the prison for?
- Did you work in other prisons before? If yes, please state names and periods.

#### CELLS

- What is the maximum capacity of the prison?
- How many people are there in the prison?
- What is the maximum capacity of a cell?

- How many people are there in a cell?
- How many beds are there in a cell?
- Are there mattresses, pillows, sheets, other facilities in the cells?
- Are there separate departments or cells for convicted detainees and non-convicted detainees?
- Are there separate departments or cells for men and women?
- Are there separate departments or cells for adults and minors?

#### FOOD AND DRINKS

- How many meals are prisoners given per day?
- What kind of food is it served?
- Is meat or fish served? If yes, how often?
- Who prepares the food?
- Do prisoners have constant access to drinking water?

#### HYGIENE

- How often are cells cleaned and by who?
- How often can prisoners have a shower?
- How often are the bathroom/toilet/showers cleaned and by who?
- Are prisoners given soap? If yes, how often?
- Are prisoners given a uniform?
- How often can prisoners change it and have a clean one?

#### TIME INDOORS AND TIME OUTDOORS

- How often and for how long are prisoners allowed to have time outdoors?
- If yes, what can they do?
- Do prisoners have access to newspapers/books/radio/TV? If yes, how often?

- Do prisoners work? Are they obliged to do that?
- If they work, what do they do? Are they paid for that work?

#### VISITS AND LETTERS

- How often and for how long can prisoners receive visits?
- Are prisoners left alone to talk with the person/s visiting them?
- Can prisoners write or receive letters to people outside the prison?

#### HEALTH CONDITIONS AND MEDICAL ATTENTION

- Do prisoners have a constant possibility to be visited by a doctor /nurse?
- Are you aware of any cases where prisoners have been denied medical attention? What was the result?
- Are you aware of any case of serious illness, serious injury or death since you have been here? If yes, can you please remember what kind of cases, names and dates?
- Are you aware of what the cause was/may have been?

#### RELATIONSHIPS WITH THE OTHERS

- How is your relationship with the prisoners?
- What punishments are used on prisoners?
- Do you know of any case of prison workers taking or asking for any property (goods/money) of prisoners or their family/friends? If yes, why?

#### FURTHER SUGGESTIONS

- According to you, what are the most important issues to be improved in the prison?
- Would you like to give any suggestion on what we could do?
- 

## **6. JANUARY REPORT**

Prisoner Rights Project- January

After 5 visits to the prison HIR team managed to apply the questionnaires to 13 prisoners from

the category “ to be released before 6 months”. Two of them are Nigerian and two are women.

From the interviews and concerning the questionnaire delivered to prisoners emerged that:

- ARREST, DETENTION and GROUND OF ILLEGALITY OF ARREST OR DETENTION- general information such as “forces who carried out the arrest”, “did they show a warrant or other decision by a public authority?” “authority that issued the warrant?” are missing. Since these detainees are going to be released soon and given that it was difficult to find this information in their files it was not possible to get a complete understanding of their situation. We should keep in mind that this is crucial information when working with pre-trial inmates.

- ACCESS TO LAWYERS AND OUTSIDE WORLD- none of the prisoners had a lawyer, in most of the cases because they were not informed about the possibility to have one or some refused the legal assistance since they declared themselves guilty.

- CONTACT WITH FAMILY AND FRIENDS- most of the inmates can receive regular visits from family and/or friends( except from the ones that are from far-away regions, in which case it is more difficult to arrive to Buea). The visits can be done twice a week and are usually limited to 5-10 minutes, even in the case of children that are visiting their mothers; some prisoners informed us that there is a possibility to have a longer time by paying a fee to the guardians.

In theory there is always free access to letters and telephone, but prisoners told us that these facilities are to be paid at such a high price that most of the common inmates does not use them at all.

- RIGHT TO PHYSICAL AND MORAL INTEGRITY- Even though all the prisoners claim that violence or force was never used against them or other inmates we strongly believe that it is not true. We doubt that torture is commonly used, but from some general questions made at the end of the visits it comes out that there are some types of punishments against the human rights( such as chaining three persons together- at times even for one month- as punishment for smoking or beatings when not respecting the internal regulations). During one visit, while talking to some prisoners, we happened to witness a punishment episode, hearing more than one person praying the prisoner workers to stop beating them. This action was taking place in the room near the one we were using for the interview, so we weren't able to see what was going on. ( The prisoner that was talking to us explained that it was a punishment for using a cellphone- which is forbidden by the internal regulation)

- RIGHT TO AN ADEQUATE STANDARD OF LIVING- no matter the ward they live in, for male detainees the situation is the same: the cells are overcrowded, with smaller number of beds than of persons, that means most of them( around 60%) are sleeping on the floor. We have been

informed that in order to have some facilities( mattress, pillows, sheets, etc.) they are supposed to pay an extra fee to the older prisoners that are ruling the cells. The temperature in the cell is usually high, with little ventilation. There are windows and electric lights, which are always turned on( prisoners cannot turn them off, the switcher being outside the cell).

The relationship between inmates is generally a good one. For what the male ward is concerned, we have been told that there is an internal hierarchy, on top of which there are three leaders (one called “president”) that manage the distribution of water and food( when there is not enough). All new detainees are to pay a tax of 6500- 7000CFA, that can be paid even deferred in time; until finishing the payment they are obliged to clean the toilets, showers and sleep on the floor. There are separate wards for women( at the moment 8) and juveniles(12) but not for pre-trial detainees.

THE FOOD is served once a day, around 14h, in a very poor quantity( all prisoners complained about that) and a poor variety: bananas, rice and fufu( never fish nor meat); it is cooked and served inside the prison, by prisoners and some prisoner workers. Usually the families are allowed to bring food, reason for which the person that are getting visits( especially the ones from places near Buea) are able to keep a better health condition.

In theory there is access to clean DRINKING WATER, there are facilities to get it; but since their efficiency is obstacle due to a general problem in the whole town( lack of underground water), usually detainees don't get enough. There has been reported that they get water every two days which means that sometimes they fight about water, getting punished after by the wardens.

All prisoners are wearing their OWN CLOTHES, that they change and wash when there is water( 2 or 3 times a week). Due to the general lack of water it turned out that washing clothes is not as frequent as we have been told at the beginning. Soap is supposed to be paid for.

From what RIGHT TO PROPERTY is concerned, it was reported that some prison workers are occasionally asking for money in order to allow visits. Starting two weeks ago the prisoner direction decided to take some action, displaying inside the prison informing plaques that the visits are free of charge.

- HEALTH RIGHTS OF PRISONERS- All interviewed persons said that they haven't been examined by a doctor or a nurse soon the admission. There is certainly a doctor in the prison, but until now we didn't have the ways to discover if the access to medical care is easily made. All the prisoners complained about their health condition getting worse since being in jail, the main reasons being the poor quality/quantity of food and the fact that they are sleeping on the cold floor.

As far as the HYGIENE is concerned the cells, the toilets and the showers are cleaned by the

inmates. Some cells have private toilets and there is also the possibility to use the common ones, whenever wanted.

Soap is given once a month; female inmates complained that they don't receive sanitary supplies.

- LEISURE TIME- most of the prisoners interviewed do not work. They have access at radio and television, whenever wanted, but not to newspapers or books. They stay outdoors from 9 a.m to 6 p.m, during which they watch tv, and talk to each other.
- All the prisoners have access to a MINISTER OF THEIR RELIGION.

Sendo o tema bastante amplo, tentarei colocar o enfoque sobre a relação entre a educação/ acesso à educação e o crime (e o facto de voltar para o crime uma vez fora da prisão). Visto que a maioria dos ex-condenados é normalmente libertada para a comunidade sem uma qualificação de um ponto de vista do trabalho, com um baixo nível de educação e altamente susceptível de reincidir em actividades criminosas, vamos investigar o papel e funcionamento da educação e também do encarceramento como abordagem de prevenção da repetição do comportamento criminoso.

## **1. CONTEXTO GERAL**

### **1.1 Camarões**

#### **a. História**

A terra dos Camarões é tão antiga quanto o resto do mundo, mas os Camarões, em termos de entidade geopolítica, com seus atuais limites territoriais e governamentais, não existia antes da chegada dos alemães (os quais, para proteger os seus interesses comerciais, estabeleceram, em 5 de Julho de 1884, um protetorado perto do rio Wouri, chamado Kamerun).

Em 1472, um português, Fernando Pó, desembarcou numa ilha, que dista 35 km de Limbe, e deu-lhe o seu nome; seguiram-se mais portugueses, que lá se estabeleceram. Durante a segunda metade do século XVI, os comerciantes portugueses notaram a grande variedade de camarões no estuário do rio Wouri e nomearam-no "Rio dos Camarões". Hoje, existem duas formas oficiais de designar o país: "Cameroon" e "Cameroun", em inglês e francês, respectivamente<sup>1</sup>.

As fronteiras dos Camarões foram decididas por uma série de tratados entre alemães e britânicos e, mais tarde, entre alemães e franceses. Após a expulsão dos alemães durante a Primeira Guerra Mundial, o país foi compartilhado entre a França e a Grã-Bretanha, em 1916. A divisão foi confirmada pelas quatro potências aliadas, em 1919, através do Tratado de Versalhes. A Liga das Nações determinou depois que a Grã-Bretanha ia administrar e desenvolver o Oeste dos Camarões e que a França ficaria com o Leste do território (cada país geriu a sua parte de maneira própria, a França adoptando a política de assimilação e o Reino Unido a do *indirect rule*).

Camarões foi um território sob tutela da ONU de 1946 até à independência. Após a Segunda Guerra Mundial, os dois territórios dos Camarões foram governados pelos seus

---

<sup>1</sup> Mbaku, John Mukum(2005)

"mestres", como territórios sob tutela da Organização das Nações Unidas até à independência. O desenvolvimento político que culminou com a independência foi perseguido pelos habitantes dos dois Camarões separadamente. Um aspeto social dos Camarões é o seu bilinguismo a nível nacional, que resultou da fusão pacífica, em 1961, do Leste francófono e do Oeste anglófono.

Ahmadou Ahidjo, um Fulani de educação francesa, foi escolhido como primeiro presidente da Federação, em 1961. Em 1966, Ahidjo, contando com um aparato de segurança interna generalizada, proibiu a existência de outros partidos políticos excepto o seu. Em 1972, uma nova Constituição substituiu a Federação por um Estado unitário chamado República Unida dos Camarões.

Embora o Governo de Ahidjo fosse caracterizado como autoritário, ele foi considerado como visivelmente carente de carisma, em comparação com muitos líderes africanos pós-coloniais. Ele não seguiu as políticas anti-ocidentais perseguidas pela maioria desses líderes, o que ajudou Camarões a atingir um grau alto de estabilidade política e crescimento económico, comparativamente aos outros países africanos.

Ahidjo renunciou ao cargo de presidente em 1982 e foi sucedido, conforme previsto na Constituição, pelo seu Primeiro-Ministro, Paul Biya, um oficial de carreira, do grupo étnico Pahuin-Beti. Ahidjo lamentou, mais tarde, a escolha do seu sucessor, mas os seus apoiantes não conseguiram afastar Biya do poder, num golpe de Estado de 1984. Biya venceu as eleições, sendo o único candidato, em 1983 e 1984, quando o país voltou a ser chamado República dos Camarões. Biya permanece no poder, vencendo as eleições multipartidárias, em 1992, 1997 e 2004, celebrando, em 2012, 30 anos no cargo. O seu partido, o Movimento Popular Democrático dos Camarões (*Cameroon People's Democratic Movement - CPDM*), detém uma maioria considerável nas legislaturas.

## **b. Geografia**

A República dos Camarões está no extremo norte-oriental do Golfo da Guiné, entre as longitudes 8 ° e 16 ° Este e latitudes de 1 ° e 13 ° Norte. A sul faz fronteira com a Guiné Equatorial, o Gabão e o Congo, a oeste, com a Nigéria, a leste, com a República Centro-Africana e o Chade e, a norte, com uma parte estreita do lago Chade.



Figura 1. Camarões

A área total do país é de 475,412 km<sup>2</sup>.

As fronteiras do país (4,591 km) foram determinadas no final do século XIX pelas potências coloniais sendo, na maioria dos casos, artificiais. Os Camarões têm uma marcada diversidade ecológica e grandes contrastes climáticos. Estendendo-se desde a área subequatorial à saheliana, podem encontrar-se, nos Camarões, todas as zonas ecológicas da África. Visto que os Camarões têm diversas características biofísicas, grupos étnicos, zonas agro-ecológicas e condições sócio-económicas, é também chamado a “África em miniatura”<sup>3</sup>.

Geograficamente tem regiões que incluem planícies costeiras, montanhas, planícies e planaltos maciços vulcânicos. Essa diversidade pode ser notada também no clima, na vegetação e nos solos.

A Constituição divide os Camarões em 10 regiões semi-autónomas<sup>4</sup>, cada uma sob a administração de um Conselho Regional. Cada região é liderada por um governador nomeado presidencialmente. Esses líderes, que têm que implementar a vontade do presidente, informam sobre as condições das regiões, cuidam da administração do serviço público, e supervisionam os

<sup>2</sup> [www.fao.org](http://www.fao.org), Country Profile- Cameroon

<sup>3</sup> *Idem*

<sup>4</sup> Figura 2

chefes das unidades administrativas menores.



**Figura 2. Regiões dos Camarões**

Yaoundé é a capital política, enquanto Douala, situada no Golfo da Guiné, é a maior cidade em termos de população (1,2 milhões de habitantes) e o principal centro económico. As mais baixas densidades populacionais estão na província de Oriente e as mais altas no Oeste, Noroeste, Norte e nas Províncias do Centro.

A Região Sudoeste é uma das duas regiões anglófonas dos Camarões, com uma população de 838.042 de habitantes. A região é dividida em seis divisões ou departamentos que, por sua vez, se repartem em subdivisões. A região destacou-se por ter a primeira universidade de língua inglesa em Camarões (Universidade de Buea).

A cidade de Buea, a capital da região, está localizada na encosta leste do Monte Camarões e tem uma população de 150.000 de habitantes<sup>5</sup>. Buea foi a capital colonial dos Kamerun alemão, entre 1901-1919, e a capital dos Camarões do Sul, de 1949 até 1961. A administração colonial alemã em Buea foi temporariamente suspensa durante a erupção do Monte Camarões, de Abril-Junho de 19096.

---

5 Manyi, Eyong Evelyn( 2005)

6 Roche, Christian( 2011)

A cidade ainda tem uns edifícios da era colonial, nomeadamente antigas residências de governadores alemães, mas a maioria dos edifícios sofrem com a antiguidade, a falta de manutenção e de conservação.

### **c. Economia**

Após a independência, em 1960, as autoridades de Camarões adoptaram uma política económica altamente intervencionista para lançar as bases do desenvolvimento. O potencial de produção é muito favorável para a agricultura e a criação de animais. Assim começou um longo período de crescimento, reforçado pelas descobertas petrolíferas entre 1960-1984. Mas entre 1985-2000 os Camarões assistiram a uma recessão devida ao colapso dos preços das matérias-primas. A desaceleração económica foi seguida por uma grave crise económica, acentuada pela desvalorização do franco CFA, em 1994, da seca, da queda dos preços do petróleo, a par de anos de corrupção, má gestão e nepotismo. Perante esta situação, o Governo implementou uma série de políticas de ajuste estrutural, de 1994 a 1997, com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Do ponto de vista social, a recuperação económica ajudou regularizar a situação, que se deteriorou consideravelmente durante os anos de crise. A oferta pública de serviços sociais básicos foi afectada. O nível de emprego caiu 10% e o desemprego atingiu 17% em 1995, afectando principalmente os jovens e as mulheres, resultando num forte desenvolvimento do sector informal<sup>7</sup>. Entretanto, o país passou por uma urbanização rápida e descontrolada, reforçada pelo êxodo rural e o rápido crescimento populacional. Por este motivo as cidades, em primeiro lugar, as mais importantes (Yaoundé e Douala), foram confrontadas com muitos problemas, incluindo a proliferação de habitação informal, das condições insalubres, da insegurança e o aumento do desemprego.

Embora tenha condições agrícolas favoráveis e uma das melhores economias de produtos primários da África subsaariana, os Camarões enfrentam muitos dos graves problemas dos outros países subdesenvolvidos, como renda *per capita* estagnada, distribuição relativamente desigual de renda, corrupção endémica e um clima geral desfavorável para as empresas. Desde 1990 que o Governo do país embarcou em vários programas do FMI e do Banco Mundial, estando a ser pressionado, por estes organismos, a fazer mais reformas, que incluem o aumento da

---

<sup>7</sup> Organisation Internationale por les Migrations- Migration au Cameroun, Profil National, 2009

transparência no orçamento, a privatização e programas de redução da pobreza.

Durante o período 2004-2008, a dívida pública foi reduzida de mais de 60% do PIB para 10% e as reservas oficiais quadruplicaram para mais de EUA \$3 bilhões. Os Camarões fazem parte do Banco dos Estados da África Central (do qual é a economia dominante), da União Aduaneira e Económica da África Central (UDEAC) e da Organização para a Harmonização do Direito dos Negócios em África (OHADA). A sua moeda é o franco CFA (FCFA).

O PIB dos Camarões *per capita* foi estimado em EUA \$2.400, em 2013, um dos dez mais altos de África subsaariana. Os principais mercados de exportação são França, Itália, Coreia do Sul, Espanha e Reino Unido. Os Camarões têm o objetivo de se tornar um país emergente em 2035.

O desemprego foi estimado em 30% em 2001 e cerca de um terço da população vivia abaixo do limite de pobreza internacional de EUA \$1,25, por dia, em 2009.

Os recursos naturais dos Camarões são muito bem adaptados à agricultura e arboricultura. Estima-se que 70% da população viva de agricultura, o que representa uma estimativa de 19,8% do PIB em 2009<sup>10</sup>. A maioria da agricultura é feita numa escala de subsistência pelos agricultores locais, usando ferramentas simples. Eles vendem os produtos excedentes e só alguns mantêm campos separados para uso comercial. Os centros urbanos são particularmente dependentes da agricultura camponesa para o seu abastecimento alimentar. Os solos e o clima na costa incentivam o cultivo comercial de bananas, cacau, óleo de palma, borracha e chá e, no Sul dos Camarões, as culturas de rendimento incluem café, açúcar e tabaco. A dependência das exportações agrícolas faz dos Camarões um país vulnerável às mudanças nos preços internacionais.

A indústria baseada em fábricas é responsável por uma estimativa de 29,7% do PIB em 2009. Mais de 75% da força industrial dos Camarões está localizada em Douala e Bonaberi. Os Camarões possuem recursos minerais substanciais, que ainda não são amplamente explorados.

#### **d. Demografia**

Desde a pré-história, a região dos Camarões foi habitada, como atestam muitos objectos esculpidos e pedra polida encontrados em quase todo o território. De facto, no Monte Makabai, uma pequena aldeia, Makabai, perto de Maroua, é um dos sítios pré-históricos mais importantes

---

<sup>8</sup> <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cm.html> CIA World Factbook- Cameroon, 2013

<sup>9</sup> *Idem*

<sup>10</sup> *Idem*

do mundo, onde nos deparamos com objectos em pedra, misturados com enormes cavernas que formam uma camada com um metro de espessura.

Os Camarões têm tradições culturais, religiosas e políticas regionais distintas, bem como uma variedade étnica. A divisão do país em duas administrações criou duas regiões: uma anglófona, onde o sistema educacional e as práticas jurídicas seguem o modelo inglês, e outra francófona.

A nação define-se como bilingue mas, na realidade, poucos camaroneses falam francês ou inglês e muitos não falam nenhum dos dois idiomas. O governo camaronês criou várias escolas bilingues, num esforço para ensinar os dois idiomas de forma mais uniforme. Os Camarões são um membro tanto da Commonwealth como da Francofonia.

O Pidgin English é, na realidade, a língua franca dos Camarões desde 1880, sendo comumente usado como um veículo para melhorar a comunicação, com diversas variações baseadas no sítio onde é usado.

No entanto, o francês é amplamente favorecido na administração e nos meios de comunicação pelo facto de a maioria demográfica ser francófona. Embora existam queixas de discriminação em relação aos francófonos, na realidade, o bilinguismo tenta ser reforçado e todos os registos públicos são lidos ou escritos nas duas línguas. Além disso, 4 das 8 universidades públicas são totalmente bilingues e uma utiliza o inglês (Universidade de Buea).

A área de língua inglesa é dividida em duas regiões culturais principais. Os povos Grassfields da Província Noroeste consistem em quase cem tribos, cada uma governada por um rei divino. A poligamia e a fertilidade são valores culturais significativos, que variam de acordo com a riqueza e a educação. A organização social e cultural dos Grassfielders está directamente relacionada com a dos povos de língua francesa Bamileke da província ocidental.

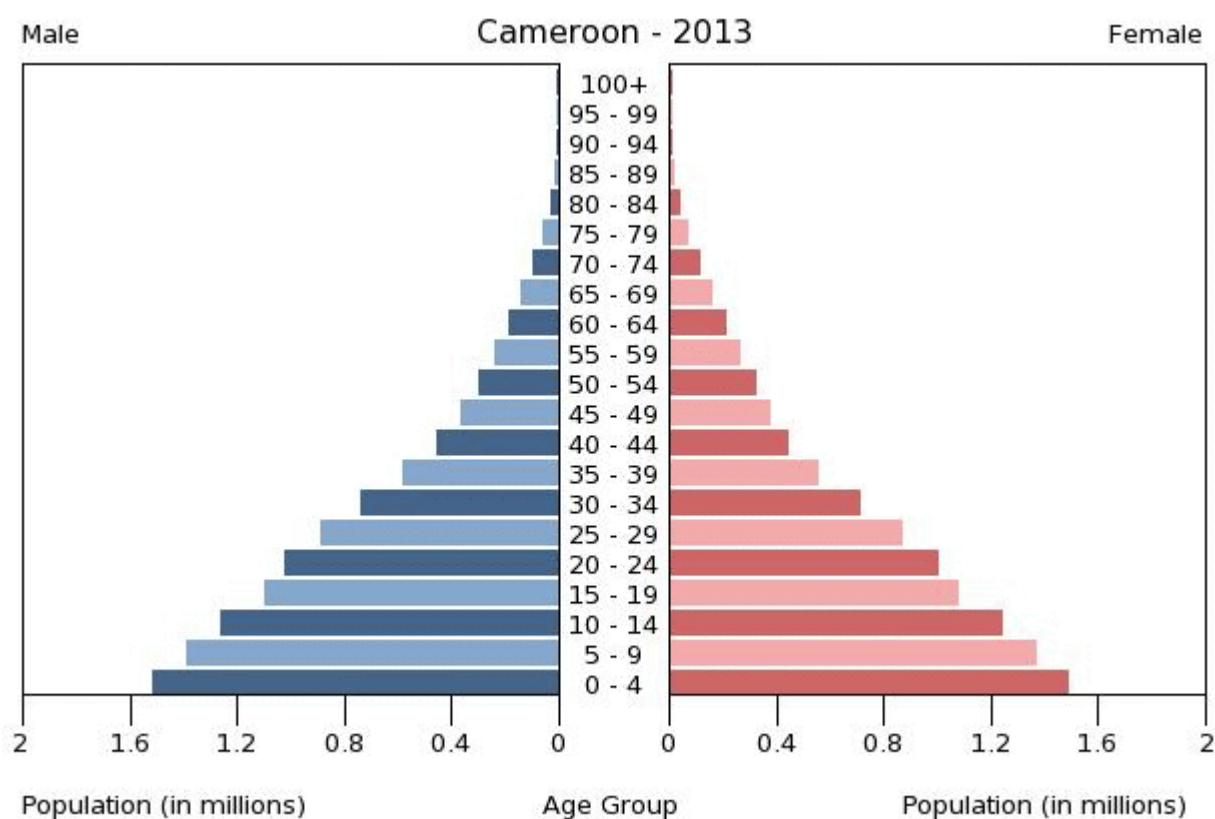
Na área de língua francesa, o norte é de maioria muçulmana, culturalmente distinto do sul cristão e animista, em grande parte. A zona norte inclui três províncias: Adamoua, Norte e Extremo Norte, culturalmente dominada pelos Fulani. Os Fulani que vivem nas cidades são conhecidos como os clérigos no ramo sunita do Islão, mas a maioria dos fulanis são criadores de gado. Outro subgrupo principal é os Bororo'en, notáveis pelo número de cabeças de gado. Com os seus colegas Hausa, eles envolvem-se no comércio de longa distância. Outros grupos étnicos incluem o norte Mandara Kokoto e Choá árabe. As principais culturas incluem algodão e milho.

A população estimada em todo o território, em 2014, é de 23.130.000<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Para este país a estimativa tem que ter em conta, explicitamente, os efeitos do excesso de mortalidade por causa do vírus da SIDA, o que pode resultar em menor esperança de vida, mortalidade infantil mais elevada, taxas de

Desde 1990, os Camarões tiveram sempre um índice de desenvolvimento humano médio (IDH) que varia em torno de 0,500 e cuja renda *per capita* anual se situa entre 438.000 e 5.300.000 FCFA. A esperança de vida é maior para as mulheres (59 anos em 1996, contra 61,3 anos em 2001) que a dos homens (54,5 anos, em 1996, contra 56,7 anos em 2001). Os indicadores de escolaridade são mais baixos em mulheres. Na verdade, para os adultos, a taxa de alfabetização é de 59,8% contra 77% para os homens<sup>12</sup>.



**Figura 3. Pirâmide idade Camarões, 2013**

### e. Migrações

Evidências de estudos de padrões linguísticos mostram que as migrações humanas começaram em torno da fronteira entre os Camarões e o Chade e se espalharam em direcções múltiplas durante os últimos cem anos. As guerras religiosas islâmicas, travadas pelos Fulani

---

mortalidade mais altas, taxas de crescimento populacional mais baixas e mudanças na distribuição da população por idade e sexo.

<sup>12</sup> <http://www.spm.gov.cm/le-cameroun/population.html>, Portail de government du Cameroun- Services du Premier Ministre

(grupo que tem origem no leste da África), nos séculos XVIII e XIX, adicionaram novas ondas de migração. Este cenário adensou-se ainda mais pelas grandes migrações internas, muitas das quais ocasionadas pela pressão e pela busca de oportunidades para o avanço económico. Foi através de movimentos migratórios deste género que ocorreu a assimilação e a absorção de grupos, resultando em vários grupos étnicos que habitam hoje os Camarões.

Actualmente, a imigração para os Camarões, que registou uma tendência de crescimento no período 1970-1980 (143.611 imigrantes em 1976 e 257.689 em 1987), tem tido um declínio constante desde então, com o número de imigrantes estimados em 211.880 em 2005 e 196.570 em 2010<sup>13</sup>. Portanto, parece que a atractividade dos Camarões diminuiu progressivamente. Em 2007 os imigrantes chegaram essencialmente de países vizinhos: a República Centro-Africana, Chade, Guiné Equatorial e Nigéria.

É difícil obter informações sobre os imigrantes devido à falta de informações detalhadas a este respeito. A economia informal faz com que seja difícil gerir, de forma eficiente, os trabalhadores migrantes e obter um conhecimento adequado do seu número e características. A falta de dados é ainda mais significativa desde os recenseamentos realizados em 1996 e em 2001, que não lidaram com a questão da migração.

No entanto, estão disponíveis informações sobre a presença de refugiados e requerentes de asilo nos Camarões. Em virtude da sua posição geográfica (fronteira com quase todos os países da sub-região) e da sua estabilidade política, os Camarões parecem ser o destino preferido para muitas pessoas que fogem de guerras nos países de origem ou de residência. Em 2006 e 2007, os refugiados, nos Camarões, chegaram do Chade (40.500), da República Centro-Africana (24.000) e da Nigéria (3000). O número total de refugiados e requerentes de asilo foi estimado em 71.200 em 2007<sup>14</sup>.

A migração nos Camarões pode ser explicada por vários factores, que impedem os potenciais imigrantes e reduzem os fluxos migratórios nos Camarões, e que causam a saída de camaroneses. Na verdade, como a maioria dos países em desenvolvimento, os Camarões têm experimentado dificuldades de desenvolvimento desde a década de 1980 devidas à pobreza, à crise económica, ao elevado crescimento da população, ao peso da dívida externa, à urbanização mal controlada das cidades e às políticas de ajuste que, muitas vezes, não são adequadas à situação nacional. A análise dos indicadores de pobreza mostra uma incidência de 55% da pobreza entre a população,

---

13 Organisation Internationale por les Migrations- Migration au Cameroun, Profil National 2009

14 *Idem*

em 2007, e o objetivo de 25% que o Estado espera atingir até 2015 ainda está muito longe<sup>15</sup>. Os Camarões têm um desenvolvimento humano médio, com um índice de desenvolvimento humano que varia entre 0,500 e 0,779<sup>16</sup>.

Estas várias razões explicam a prevalência das tendências de migração das populações rurais para as cidades, das cidades para os países da sub-região e, finalmente, para outros continentes, principalmente para a Europa, com o objetivo fundamental, dos migrantes, de melhorarem as condições de vida.

#### **f. Religião**

A Constituição prevê a liberdade de religião e o Governo respeita geralmente esse direito, embora, na prática, tenha havido algumas exceções. As questões de liberdade religiosa apresentam interesse para este relatório, como parte da política global de promoção dos direitos humanos. Não obstante haver uma relação geralmente amigável entre as religiões, na sociedade camaronesa – o que contribuiu para a liberdade religiosa – houve alguns casos de discriminação. Além disso, alguns grupos religiosos enfrentam pressão social e discriminação nas suas regiões, embora isso possa reflectir mais uma diferenciação étnica do que religiosa. Não há religião oficial do Estado.

Aproximadamente 40% da população é, pelo menos nominalmente, cristã, aproximadamente 20%, muçulmana e, aproximadamente 40% da população pratica religiões tradicionais indígenas ou não tem religião<sup>17</sup>. A população cristã está dividida, em partes aproximadamente iguais, entre católicos e protestantes. Os cristãos estão concentrados principalmente nas províncias do sul e do oeste. As duas províncias anglófonas da região ocidental são, em grande parte, protestantes e as províncias francófonas das regiões sul e oeste, em grande parte, católicas. Nas províncias do norte, o grupo étnico dominante, localmente, é o muçulmano. Outros grupos étnicos, conhecidos coletivamente como Kirdi, geralmente praticam alguma forma de islamismo. Religiões indígenas tradicionais são praticadas abertamente nas áreas rurais de todo o país, mas raramente são praticadas publicamente nas cidades (em parte porque muitas religiões indígenas são intrinsecamente locais). Em todo o país estão presentes grupos missionários<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> *Idem*

<sup>16</sup> <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cm.html>

<sup>17</sup> *Idem*

<sup>18</sup> Na cidade de Buea consegui contar as seguintes igrejas: Católica, Batista, Presbiteriana, Evangélica, Protestante, Metodista, Testemunhas de Jeová, Igreja da Unificação, Adventistas do Sétimo Dia, Igreja Nova de Deus, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, para além de *Deeper Life Bible Church*, *The Army of God Congregation*, *Winners*

A Lei de Congregações Religiosas rege as relações entre o Governo e grupos religiosos. Os grupos religiosos devem ser aprovados e registados pelo Ministério da Administração Territorial e da Descentralização para poder funcionar legalmente. Não há relatos de que o Governo se tenha recusado a registar qualquer grupo, mas o processo pode demorar vários anos. É ilegal para um grupo religioso operar sem o reconhecimento oficial, mas a lei não prevê penalidades específicas. Embora o reconhecimento oficial não confira benefícios fiscais gerais, permite que os grupos religiosos possam receber bens imobiliários, como doações - isentos de impostos - para a realização das suas actividades. Os únicos grupos religiosos conhecidos registados são grupos cristãos (38 denominações oficialmente registadas) e muçulmanos. Há também inúmeros grupos religiosos pequenos não registados que atuam de forma ilegal, mas livremente.

Várias igrejas têm escolas primárias e secundárias. Apesar de o ensino pós-secundário continuar a ser dominado por instituições do Estado, as escolas privadas afiliadas com denominações religiosas, incluindo as católicas, protestantes e as escolas corânicas, estão entre as melhores escolas do país, nos níveis primário e secundário.

Existem inúmeras religiões indígenas nos Camarões. O sistema de crenças de, basicamente, todas elas professa a existência de Deus ou de um ser superior e tenta explicar as origens do universo, das pessoas, da sociedade e do ambiente onde vivem. Tal como o cristianismo e o islamismo, as religiões indígenas nos Camarões têm muitos rituais, que os seguidores têm que realizar. Alguns destes rituais estão relacionados com, ou comemoram, as relações entre indivíduos, ocasiões importantes na história do grupo e outros eventos que têm um impacto negativo ou positivo no grupo<sup>19</sup>.

Tal como o cristianismo e o islamismo, as religiões tradicionais visam melhorar a saúde espiritual, o bem-estar físico e a capacidade de um crente viver uma vida plena, feliz e próspera. A maioria das religiões tradicionais dos Camarões compartilham a abordagem cristã e islâmica orientadas para a comunidade dos crentes, acerca dos comportamentos pessoais e das relações interpessoais. O conceito de família é uma parte importante das práticas religiosas tradicionais da maior parte do país. Na família camaronesa tradicional, as crianças devem respeitar os pais

---

*Chappel e Christ Embassy.*

19 Mbaku, John Mukum( 2005)

velhos, as mulheres são obrigadas, pela tradição, a respeitar e obedecer aos seus maridos e os conflitos dentro da família devem ser resolvidos pacificamente. Todos os membros da família devem usar os seus talentos de forma produtiva e contribuir para o bem-estar da família, ensinando aos filhos os costumes e tradições da etnia.

Enquanto as religiões indígenas em Camarões são localizadas e normalmente específicas para cada grupo étnico, compartilham várias características, incluindo a crença em Deus e nos ancestrais. Dentro de muitas destas religiões existem sociedades secretas, compostas exclusivamente por homens, que são responsáveis pela manutenção da lei e da ordem, garantindo a educação dos jovens para assumir a liderança da religião, supervisionando a realização de rituais e, geralmente, a perpetuação continuada da religião<sup>20</sup>.

A religião desempenha uma função importante na vida de camaroneses. Além de ajudar a explicar muitos conceitos abstratos, a religião também lida com muitas questões práticas e terrenas, fornecendo bases para o poder político secular. Na verdade, muitos dos governantes tradicionais têm o poder dos grupos religiosos e, em todo o país, a religião continua a permear todas as formas de vida social.

A prática de bruxaria é um crime previsto no código penal nacional mas, no entanto, as pessoas são geralmente processadas por esse crime apenas em conjunto com outros, como o assassinato. O termo bruxaria tem significados históricos, decorrentes de um período e de uma cultura em particular, não podendo ser transferido para outros e sendo impossível dizer que a bruxaria é a mesma em todas as sociedades. Para o propósito deste relatório, o termo abrange a crença em fontes sobrenaturais de poder (incluindo os espíritos ancestrais que dão sentido e uma base para a reflexão pessoal e comunitária, para a decisão e para a acção), como resposta crítica à modernidade e explicação do poder visível e invisível<sup>21</sup>.

No início da descolonização, muitos observadores e funcionários, ocidentais e africanos, assumiram que a modernização e a urbanização secariam as crenças populares em ataques ocultos, curas tradicionais, até mesmo nas religiões monoteístas. Ao contrário, embora possam entender a feitiçaria e a cura de diferentes maneiras, as pessoas, em todos os níveis das sociedades africanas pós-coloniais, ainda usam a linguagem da feitiçaria para discutir eventos públicos e privados, especialmente aqueles que envolvem o uso injusto, excessivo ou destrutivo do poder. Peter Geschiere entende que esse discurso sobre o oculto expressa a preocupação das pessoas sobre o facto de o exercício do poder dar, possivelmente, origem a novas desigualdades

---

<sup>20</sup> *Idem*

<sup>21</sup> Ellis, Stephen ; Gerrie ter Haar( 2004)

ou desestabilizar hierarquias aceites. Permite às pessoas explicar a sua dependência dos sistemas políticos, económicos e ecológicos complexos e avaliá-los em termos extraídos de diversas estruturas familiares. Especialmente nas regiões Sul e Sudeste dos Camarões, a sociedade tradicional valoriza igualitarismo e, moralmente, deve lidar com as realidades da desigualdade de oportunidades, de acesso aos bens de consumo ou aos médicos, que têm surgido desde a independência<sup>22</sup>.

O sistema legal colonial tentou ignorar as acusações de feitiçaria, tratando a chamada feitiçaria e indignação pública como ameaças igualmente irracionais à ordem pública e intervindo apenas quando existiam provas materiais da intenção de alguém de prejudicar outra pessoa. Mas porque o público tende a acreditar fortemente em bruxaria, os funcionários pós-coloniais que hesitem em processar esses casos correm o risco de ser acusados de conivência com as bruxas, ou de perder o acusado para um linchamento<sup>23</sup>.

Os Camarões criminalizaram a bruxaria e outras formas de adivinhação, na crença de que o medo de ser acusado ou feito vítima de feitiçaria estava dificultando o desenvolvimento de indivíduos ambiciosos por melhorar a sua situação económica. Isso mostra não só que o progresso individual é um valor nacional contestado, mas também indica que a autoridade tradicional dos mais velhos para proteger e reconciliar as comunidades perdeu legitimidade<sup>24</sup>. Finalmente, revela a extensão em que o Governo pós-colonial não satisfaz as necessidades populares para justiça de outras maneiras.

A diferença dos países ocidentais, onde as pessoas sabem quais são os passos de um processo, como é suposto ser indiciado, julgado e condenado, nos Camarões pode haver mais regras oficiais disponíveis para os processos mas estas são, essencialmente, uma armadura para a improvisação. Esta incerteza geral da existência quotidiana é complementada por uma falta de padronização entre posições do sujeito e experiências individuais – a possibilidade muito real, devida à corrupção, de que os cidadãos sejam tratados de forma arbitrária pelos administradores, interpretando, posteriormente, esta experiência de maneiras muito diferentes, consoante a diversidade cultural dos seus *backgrounds*.

Em particular, as bruxas – que podem ser mulheres ou homens – são amplamente chamadas a usar os seus poderes ocultos para infligir danos aos outros membros da comunidade,

---

<sup>22</sup> Geschiere, Peter (1995)

<sup>23</sup> *Idem*

<sup>24</sup> <http://www.neiu.edu/~circill/luedke/anth224/domes.pdf>, Geschiere, Fisiy- Domesticating personal violence: witchcraft, courts and confessions in Cameroon,

muitas vezes a pessoas do seu círculo social imediato. Note-se que as crenças de bruxaria são susceptíveis de serem persistentes e difíceis de falsificar, uma vez que as medidas tomadas para combater a feitiçaria são, muitas vezes, bem-sucedidas. O Estado é cada vez mais ativo neste campo. No Maka, região dos Camarões Orientais, os tribunais estaduais têm, desde cerca de 1980, começado a condenar os chamados feiticeiros, muitas vezes com base em provas duvidosas. A recente onda de processos, em algumas partes do Camarões, faz questionar a razão de levantar a questão de as pessoas em determinadas áreas parecerem estar mais disponíveis do que em outros lugares para invocar a autoridade estatal para lidar com os problemas deste género. Parece que as sociedades locais já não são capazes de gerar mecanismos próprios para lidar a crescente inquietação sobre a bruxaria. Daí a tendência de chamar o Estado e a pressão sobre o sistema judicial para intervir<sup>25</sup>.

Em muitas partes de África, os discursos sobre bruxaria e feitiçaria parecem seguir um processo de modernização própria. Existem marcantes variações regionais nas formas em que esses discursos são articulados com a formação do Estado e da emergência de novos modos de acumulação. Um denominador comum continua a ser, no entanto, a estreita ligação entre a feitiçaria e a agressão dentro de 'casa'. Em muitos aspetos, a bruxaria ainda é o lado obscuro do parentesco, mesmo em ambientes modernos.

#### **g. Cultura e Sociedade**

A família alargada é o centro do sistema social, incluindo avós, primos, tias, tios, etc. Os membros da família são considerados tão próximos quanto a família nuclear é no Ocidente. As obrigações familiares têm precedência sobre praticamente tudo na vida, com os indivíduos a alcançarem reconhecimento e prestígio social através da família. Os jovens são responsáveis pelo cuidado dos membros mais idosos da família alargada, sendo os lares de idosos um conceito estranho.

Tal como acontece noutras culturas que têm o ponto central na família, o nepotismo não tem conotação negativa. Na verdade, a contratação de parentes é parte do contexto cultural, uma vez que não só ajuda a família, mas também garante que as pessoas trabalhem com aqueles que conhecem e confiam.

Na maioria dos grupos étnicos, historicamente os primeiros casamentos foram arranjos

---

<sup>25</sup> *Idem*

com diferentes graus de poder de veto pela noiva e pelo noivo, mas a escolha individual está a tornar-se cada vez mais comum. A maioria dos grupos do sul prefere casamentos exogâmicos, enquanto os Fulani tendem a ser endogâmicos. A poligamia é uma meta dentro de muitos grupos, sendo preferida por muitas mulheres para a ajuda mútua que podem fornecer às co-esposas. A organização doméstica varia amplamente em todo o território. Os conjuntos polígamos rurais são compostos de um chefe de uma família cercado pelas esposas e seus filhos. As pessoas qualificadas que são empregadas no sector moderno e vivem nas áreas urbanas tendem a tentar livrar-se da família tradicional e aceitam a definição ocidental de família, limitada a uma esposa, marido e filhos. Devido ao baixo *status* social, as meninas são mais propensas do que os rapazes a não ser registadas no nascimento. Consequentemente, são privadas do direito de possuir uma certidão de nascimento, documento necessário para os exames escolares e certificação.

A educação não só é bem público e um direito humano, permitindo a realização de todos os outros direitos e capacitando meninas e mulheres. No entanto, o direito à educação é negado por muitos devido a uma falta de compromisso político, de subfinanciamento da educação e do impacto da desigualdade. A intersecção de género com outras identidades sociais (tais como etnia, religião, raça, situação económica), muitas vezes significa que os grupos mais marginalizados das meninas ou mulheres também sejam os menos propensos a ter acesso a uma educação de qualidade<sup>26</sup>.

À medida que crescem, as meninas são preparadas para as suas responsabilidades como futuras mães e esposas. Dar uma filha para o casamento é um ato social altamente considerado pelos membros da sua família, pois dá honra e respeito, além de reduzir um pesado fardo para a família. Muitos recursos são gastos para treinar uma menina para os papéis tradicionais de uma mulher, mas poucos recursos são deixados à sua educação.

A quantidade e a qualidade da educação dos pais estão ligadas às realizações educacionais dos seus filhos. A educação da mãe tem muita influência sobre as chances de vida dos seus filhos, pois contribui para a melhoria da educação na próxima geração. Uma mulher educada está numa posição mais forte para negociar dentro da sua família e negociar com seu marido, o que pode permitir-lhe garantir mais recursos para os seus filhos; pesquisas recentes mostram que ela irá participar mais ativamente na tomada de decisões em casa do que uma mulher sem instrução<sup>27</sup>.

As meninas e mulheres são educadas para compreender a importância dos cuidados de

---

26 *Politique africaine* N. 65,( 1997)

27 *Idem*

saúde. A correlação inversa entre a escolaridade das mulheres e a fertilidade é um dos achados mais notáveis e resilientes das ciências sociais na segunda metade do século XX. Em todo o mundo em desenvolvimento, as mulheres instruídas geralmente têm menos filhos e começam tê-los mais tarde do que as mulheres menos alfabetizadas<sup>28</sup>.

Nos Camarões, os principais problemas que afetam a participação das meninas na educação são:

- investimento público limitado em educação: aulas superlotadas, falta professores ou professores inadequadamente treinados e instalações higiênicas escolares inadequadas.
- baixa demanda por educação: em algumas áreas, apesar do progresso geral, a escolaridade ainda é percebida como insensível e indiferente aos costumes e às práticas culturais ou religiosas.
- discriminação contra a escolarização das raparigas, que ainda é uma prática comum em muitas escolas, nas famílias e nas comunidades: manter, portanto, as meninas na escola é um problema a ser enfrentado, porque muitas vezes são retiradas da escola e mantidas em casa para tarefas domésticas, sendo preparadas para o casamento precoce.
- os custos diretos e indiretos da escola: o custo de materiais de aprendizagem e outras despesas relacionadas com a escola são difíceis de suportar para as famílias de baixa renda e os meninos, muitas vezes, têm prioridade<sup>29</sup>.

O Governo dos Camarões introduziu reformas políticas que afetam a expansão financeira dos sistemas de ensino secundário e superior do país para dar maior acesso à educação para todos. Apesar dos esforços do Governo, mantém-se uma clara disparidade entre os sexos nas tendências educacionais do país.

Antes da independência faltavam, nos Camarões, instituições educacionais terciárias. Sem este tipo de educação, o novo país independente não teve pessoal treinado para ocupar as inúmeras posições de nível superior da função pública. Essa escassez levou o Governo a construir universidades públicas que formassem indivíduos especializados, para assumir as altas funções do país. Sendo que o ensino superior pode contribuir para o sucesso dos esforços nacionais, para impulsionar a produtividade, a competitividade e o crescimento económico, é necessário reforçar o acesso das mulheres ao ensino superior. Por uma série de razões, o ensino superior os Camarões dispõe de muitas vagas por preencher: por exemplo a UB foi construída para 2000 alunos, mas tem somente 600 matriculados. Enquanto, geralmente, um baixo número de matrículas depende de factores parentais e socioeconómicos, a alocação limitada de recursos para o ensino superior é

---

<sup>28</sup> Johnson-Hanks, Jennifer (2003) Education, Ethnicity, and Reproductive Practice in Cameroon

<sup>29</sup> Yana, Simon David (1997)

também uma causa. Além disso, com um aumento na taxa de matrícula e o desemprego de licenciados, os alunos ficam menos propensos a inscreverem-se na universidade.

Como resultado da combinação de países que colonizaram os Camarões, o sistema de educação do País é uma malha complexa, uma mistura dos modelos coloniais britânico e francês, juntamente com uma variedade de religiões, costumes e dialetos. As tensões entre os valores tradicionais e a educação das mulheres ainda são predominantes, o que explica a diferença entre os géneros na educação das mulheres de hoje. O colonialismo foi construído sobre um sistema que tinha já um papel claro e definido das expectativas para os meninos e meninas<sup>30</sup>.

Em termos de "igualdade de género", vemos que a relação meninas/meninos, a nível nacional, está a diminuir à medida que avançamos do ensino primário para o ensino secundário e ensino superior. Desde 1995 tem havido uma estagnação na proporção meninas/meninos no ensino primário (84% e 83%, em 1995 e 2000, respetivamente) e secundário (82% em 1995 e em 2000). Pelo contrário, há melhorias no ensino superior (onde passamos 25% das meninas, em 1995, para 38% em 2000). Quanto à participação das mulheres na vida económica e política, há um aumento no número de empregados no sector não-agrícola, com uma percentagem de 4,8%, em 1996, e 7,8% em 2001<sup>31</sup>.

## **1.2. Caracterização do sistema jurídico do país**

Devido ao seu passado colonial, os Camarões têm um sistema legal único em comparação com os outros países do mundo. A maioria do país segue um sistema de direito civil (ou um sistema legal baseado na lei codificada escrita), herdado da administração colonial francesa nos sectores francófonos do país. No entanto, nas duas regiões de língua inglesa, o sistema adere à tradição judicial de direito comum, ou lei que respeita e segue a tradição do precedente legal vinculativo. Apesar das tradições legais opostas, o país tem um sistema judicial unificado. Cada região tem um trio de tribunais de primeira instância: tribunal habitual, magistrado judicial (muitas vezes referido como o tribunal de primeira instância) e alta corte, variando, o número de cada um dos tribunais, de acordo com a população e os recursos de cada região. As apelações dos três tribunais são canalizadas para o tribunal regional de apelação e, de lá, para o Supremo Tribunal, em Yaoundé.

Vamos enumerar brevemente as principais jurisdições que formam a espinha dorsal da

---

30 Ndivi-Hil, Nessim (2008)

31 <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cm.html>

organização judiciária dos Camarões e as suas competências<sup>32</sup>.

### **1.2.1. Tribunais de lei ordinária**

Significa tribunal comum e têm o poder de tratar de todos os assuntos. Os tribunais comuns são governados em Camarões pela Lei n.º 015 2006/29 de Dezembro de 2006.

#### **a. Os tribunais judiciais do primeiro grau( *Tribunal de première instance*)**

Os tribunais de primeira instância são aqueles que acolhem os casos pela primeira vez. Existe um *Tribunal de Primeira Instância* por distrito. No entanto, devido à falta de fundos governamentais e à desorganização judiciária em geral, muitas divisões são desprovidas do poder judiciário apropriado. Às vezes, dependendo dos requisitos operacionais, o tribunal pode ser estendido para mais distritos.

Em termos materiais, o Tribunal de Primeira Instância é competente para tratar de matéria penal/criminal (infrações qualificadas como delitos ou contra-ordenações; os pedidos de libertação feitos por qualquer pessoa detida por um delito dentro da sua jurisdição; crimes cometidos por menores, sem autor maior de idade e sem cúmplice) em matéria civil, comercial e social (as ações de recuperação por procedimento simplificado de processos cíveis ou comerciais por um valor não superior a 10.000.000 FCFA<sup>33</sup> e disputas com um montante de crédito inferior ou igual a 10.000.000 FCFA). As competências dos tribunais de primeira instância são relativamente simples: casos judiciais como disputas menores, bruxaria e questões tradicionais, como o casamento, que variam de tribo para tribo. No entanto, muitas leis costumeiras permanecem não-escritas, apresentando consideráveis problemas de uniformidade e clareza.

#### **b. Tribunais de segundo grau (*Tribunal de grande instance*)**

De acordo com o artigo 19º da Lei n.º 2006/015, foi criado um *Tribunal de Recurso* por cada região. No entanto, de acordo com as necessidades de serviço, as competências deste Tribunal podem compreender várias regiões. A sua sede é na maior cidade da região. De acordo com o artigo 22º da referida lei, o Tribunal de Recurso é competente para: recursos contra decisões proferidas por outros tribunais, que não sejam o Supremo Tribunal ou o próprio Tribunal de Recurso, apelações contra ordens do juiz de instrução, contencioso de execução de decisões.

---

<sup>32</sup> <http://www.spm.gov.cm/le-cameroun/justice.html>

<sup>33</sup> 15,244 euros, 1 euro = 655 CFA

<http://www.xe.com/currencyconverter/convert/?Amount=10000000&From=XOF&To=EUR>

A *Alta Corte (La Cour d'Appel)* abrange a jurisdição de um departamento (pode ser estendida para vários, quando necessário) e tem competência criminal (dos crimes e delitos relacionados, os pedidos de libertação formulados por qualquer pessoa detida por crimes da sua competência), em matéria civil, comercial e social (ações e procedimentos relativos ao estatuto das pessoas, estado civil, casamento, divórcio, paternidade, adoção e herança, pedidos de recuperação, por procedimento simplificado, de recebíveis civis ou comerciais de um montante superior a 10.000.000 FCFA, matérias não-administrativas (qualquer pedido de decisão prejudicial que proíba qualquer pessoa ou autoridade de praticar qualquer ato para o qual ele é legalmente capaz).

#### **c. Supremo Tribunal (*La Cour Suprême*)**

De acordo com o artigo 38º da Lei Constitucional de 18 de Janeiro de 1996, a Suprema Corte é a jurisdição mais alta do Estado em assuntos judiciais, administrativos e julgamento de contas públicas. O Supremo Tribunal fica no topo da pirâmide judicial, sendo formado por três divisões: judicial, administrativa e a câmara das contas. O Supremo Tribunal é o órgão de supervisão do sistema judicial camaronês. O seu território abrange toda a República de Camarões. Em termos de jurisdição, cada divisão tem atribuições específicas.

#### **d. O Tribunal Superior de Justiça (*La Haute Cour de Justice*)**

Criado pela Constituição (artigo 53º), o Tribunal Superior de Justiça tem competência para julgar os atos praticados (no exercício das suas funções) pelo Presidente da República em caso de alta traição, o Primeiro-Ministro, membros do Governo e outros altos funcionários do Governo por conspiração contra a segurança do Estado<sup>34</sup>.

### **1.2.2. O sistema judicial tradicional**

Além do sistema jurídico formal a justiça é também administrada a nível local pelos conselhos tradicionais <sup>35</sup> Baseados nas aldeias rurais do país, estes conselhos locais são autoridades públicas descentralizadas que ouvem e mediam disputas menores na comunidade. Este órgão judicial opera sob a supervisão do Estado, mas ainda tem personalidade jurídica e autonomia financeira. O conselho dissipa justiça, de acordo com as tradições locais e/o direito consuetudinário, mas as suas decisões não são juridicamente vinculativas e as partes insatisfeitas podem continuar a levar as

---

<sup>34</sup> <http://www.spm.gov.cm/le-cameroun/justice.html>

<sup>35</sup> Idem, estabelecidos pela Lei n.º 74-23, aprovada pelo Parlamento camaronês em 5 de Dezembro de 1974.

suas queixas ao sistema de justiça formal.<sup>36</sup>

(O sistema local de justiça é dividido em dois níveis: os Conselhos de Bairro e os Conselhos Tradicionais, mais poderosos que o primeiro. Os Conselhos do Bairro resolvem disputas nos seus respectivos bairros, enquanto o Conselho tradicional atua tanto como um tribunal de primeira instância, bem como um tribunal de apelação para questões não resolvidas pelos Conselhos do Bairro. A principal responsabilidade dos Conselhos é a prestação de uma justiça acessível e de fácil acesso, em assuntos de sua competência (disputas de terras e principalmente questões financeiras menores) para a população da sua aldeia (compostas principalmente por camponeses e agricultores). Contudo, as responsabilidades dos Conselhos não se limitam à sua autoridade judiciária; devido à ausência quase completa do Estado a nível local, de fato, os conselhos de aldeia são altamente influentes na vida da comunidade. A sua autoridade estende-se também à regulação da sociedade, por exemplo em cada aldeia a segurança é garantida por um grupo de vigilantes voluntários selecionados pelo chefe da aldeia e do Conselho; além disso, os Conselhos Tradicionais recolhem o dinheiro dos membros da comunidade, a fim de financiar as suas atividades, como projetos de desenvolvimento (estradas de fixação, abastecimento de água, etc.).

Como a maioria das nações africanas em desenvolvimento, o sistema de justiça camaronês enfrenta vários desafios:

- Falta de mão-de-obra – Os Camarões sofrem de falta de tecnocratas experientes que poderiam servir para os papéis necessários do sistema de justiça.
- Insuficiência de fundos - subjacente a falta de pessoal adequado é a falta de dinheiro para fornecer uma infraestrutura judicial ampla e para o salário de pessoal qualificado e legal.
- Judiciários inexperientes - muitas vezes, os futuros profissionais - advogados, juízes, magistrados judiciais - são contratados logo que acabam os estudos para servir como oficiais da corte, e a sua falta de experiência pode comprometer decisões sólidas e deixá-los vulneráveis à corrupção.
- Falta de uma boa divisão legal - como todas as questões jurídicas são canalizadas para os mesmos tribunais, o sistema legal camaronês tornou-se congestionado e lento.
- A falta de defesa pública do sistema - o Preâmbulo da Constituição camaronesa estabelece que todos os cidadãos têm o direito a uma audiência justa perante os tribunais. No entanto, a

---

36 Kenfack, Pierre-Étienne( 2009)

maioria dos acusados não pode pagar um advogado (ou não sabe ter direito a um) sendo obrigado a ficar no tribunal sem representação e sem conhecimento adequado da lei. Além disso, a sobrelotação das células da polícia Gendarmerie<sup>37</sup> e das prisões muitas vezes resulta da de uma preponderância de pessoas ilegalmente detidas. Se houvesse um sistema de defesa pública para assumir tais casos, as más condições das prisões seriam aliviadas.

### 1.3 A corrupção

Embora seja uma doença que afeita a maioria dos países, e não apenas os do chamado terceiro mundo, a corrupção<sup>38</sup> atingiu níveis muito elevados nos Camarões. <sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> A Gendarmerie Nacional, cujas origens remontam a 4 de Janeiro de 1920, é uma das mais antigas forças estabelecida em Camarões. Com o advento da independência em 1960, o rápido desenvolvimento do jovem Estado influenciou profundamente a sua organização com a criação de um corpo auxiliar, recrutado localmente. É através da fusão das forças auxiliares locais com a Gendarmerie francesa que foi oficialmente criada a Gendarmerie de Cameroun, em 01 de Abril 1960. Estruturado de acordo com a sua missão e a organização administrativa do país, a Gendarmerie é uma parte integrante das forças de defesa. A natureza militar dos seus estatutos e a natureza mista do seu serviço (militar e civil) dá-lhe o poder de garantir a recolha de informações contínua, a acção directa da polícia judiciária e administrativa.

A Gendarmerie tem três categorias principais de missões policiais:

- Política administrativa, abrange 30% das missões do corpo. A autoridade administrativa deve garantir a segurança, a paz e a manutenção da ordem pública, em que continua responsável pela execução.
- Polícia judiciária, representa cerca de 50 % das tarefas confiadas à Force. Destina-se a encontrar as violações do direito penal, reunir provas, procurar os autores para os trazer em frente da justiça executar os mandatos e as decisões judiciais.
- A Polícia Militar. Intermediário entre as autoridades militares e cidadãos, a executa tarefas gerais com papel preventivo, e tarefas militares repressivas.

É também um órgão de execução, para outras tarefas atribuídas aos diferentes departamentos ministeriais, por exemplo: política económica (controle de patentes, preços), procura de infrações nas alfândegas, controle de trânsito, monitoramento da navegação aérea e marítima. No final de Janeiro 2014 o Ministério da Defesa abriu um concurso para o recrutamento de 5000 gendarmes, com o objetivo de melhorar a qualidade dos recursos humanos das forças de defesa nacional, cada vez mais solicitadas para garantir a segurança.

<sup>38</sup> A corrupção é punível nos termos das seções 134 e 134 (a) do Código Pena<sup>1</sup> dos Camarões: “Qualquer funcionário público que para que ele mesmo ou por um terceiro solicita, aceita ou recebe qualquer oferta, promessa, doação ou presente, a fim de realizar, abster-se de realizar ou adiar qualquer ato de seu serviço ou que recebe qualquer recompensa a título de remuneração por ter executado ou por abster-se de qualquer ato será punido”. O corruptor, que é punível também, nos termos seção 134 (a) é qualquer pessoa que faz promessas, ofertas e presentes a fim de obter o desempenho, o adiamento ou a abstenção de um ato. A corrupção é a violação das obrigações de probidade, fidelidade e imparcialidade no exercício de um funcionário público, em detrimento do usuário. Há corrupção quando um indivíduo é pago para fazer ou abster-se de seu dever, seja com promessas ou presentes, como também quando

Durante anos, Camarões manteve-se na parte inferior do Índice da Percepção de Corrupção do Transparency International, até mesmo ao ponto de receber duas vezes o nome de país mais corrupto do mundo. Mais recentemente em 2013, ficou em 144º numa lista de 178 países. 40

É comum que nos serviços administrativos nem todos os recrutamentos sejam feitos com base no mérito e na integridade moral dos aspirantes. Normalmente as pessoas são nomeadas para as posições de responsabilidade ou porque pertencem a um grupo étnico, porque pagaram ou porque são defensores do regime no poder. Esta maneira de fazer as coisas resultou em indisciplina generalizada dentro da polícia. As ações da polícia já não podem ser controladas, com o resultado que a indisciplina, os abusos e as condutas antiéticas, muitas vezes, ficam impunes<sup>41</sup>. Embora nem todos os atores sejam implicados, a corrupção tomou raiz no sector judiciário. Há corrupção praticada entre clientes e membros do judiciário. Para não perder um caso contra um adversário ou para mostrar-se mais poderoso, e de forma a não perder a liberdade, normalmente é preciso oferecer dinheiro aos funcionários do departamento jurídico. Para a concessão de fiança ou para ser libertado, o preso tem que dar um montante pré-determinado para o Ministério Público ou ao juiz. Muitos dos magistrados passam o tempo na coleta de dinheiro pelos seus serviços. Normalmente a primeira coisa que um cliente faz, antes de discutir o seu caso com o seu advogado,

é dar-lhe um envelope para ele entregar ao Presidente do Tribunal. É muito raro hoje ver um caso em que o dinheiro não mudou de mãos entre a pessoa sujeita à lei e um membro do Poder Judiciário.<sup>42</sup> A corrupção existe também entre os membros do Judiciário. Estranhamente, tem-se notado que um membro do Judiciário é muitas vezes obrigado a subornar um colega antes que ele possa oferecer um serviço, que normalmente é gratuito. Depois de ganhar um caso, o magistrado é obrigado a passar alguma coisa debaixo da mesa antes que a decisão do tribunal seja assinada. A corrupção nos Camarões é uma epidemia generalizada, devido à falta de transparência e a falta de direito nas instituições públicas e privadas no Estado. A pobreza é um outro fator (os indivíduos

---

um indivíduo paga um profissional para fazer o seu trabalho ou a abster-se de fazê-lo. ( Nwel, Pierre Titi 2009)

39 Em princípio, a corrupção é um flagelo que existe em países em todo o mundo, desde que os seres humanos começaram a organizar-se em comunidades. O que geralmente difere de país para país são as dimensões, a intensidade e mais importante, a forma como o Governo e a sociedade em geral lidam com o problema, para reduzir ou eliminar a corrupção.)

40

<http://24o.it/links/?uri=http://www.transparency.it/&from=Indice+corruzione+mondiale%2C+Italia+al+72esimo+posto.+Le+pi%F9+virtuose+Danimarca%2C+Finlandia%2C+Nueva+Zelanda>

41 Amnesty International: Cameroon- Impunity Underpins Persistent Abuse( 2009)

42 Nwel, Pierre Titi( 2009)

tentam complementar a renda insuficiente extorquindo dinheiro de outras pessoas), junto a impunidade (opinião de que o Estado protege corruptores e corrompidos). Os funcionários judiciais destacam a redução do poder de compra como causa da corrupção.

Descobriu-se que a corrupção funciona em redes: todos fazem a mesma coisa para ter acesso ao serviço judicial que normalmente é gratuito. Para mover-se no âmbito profissional, cada indivíduo é obrigado a agir como o outro. Nesta atmosfera generalizada de nepotismo, quem não tem alguém para «intervir» em seu nome só tem que recorrer ao seu bolso para compensar as inúmeras intervenções que distorcem o curso de justiça em detrimento dos pobres. Num sistema em que qualquer recusa de obedecer pode ser interpretada como uma violação do dever de respeito para com as autoridades (ou como um sinal de desonra) e sancionada como infração disciplinar profissional, o funcionário judicial é impotente contra as redes mafiosas tecidas pelos seus “patrões<sup>43</sup>”.

A corrupção no Judiciário também resulta da falta de equipamentos e de recursos humanos insuficientes - o pouco pessoal disponível é obrigado a fazer mais esforços quanto possível.

Os efeitos negativos da corrupção são abundantes e destrutivos: a corrupção mina o sistema de justiça e prejudica o julgamento justo e a igualdade de tratamento, enfraquece a segurança pública (por interferências com uma força policial ou grupos de vigilantes da lei própria), sabota o Estado de direito, o que afecta o bem-estar colectivo sobre o benefício de uns poucos indivíduos, proibindo o progresso e desenvolvimento nacional. Por interferir com a igualdade entre os cidadãos, a corrupção também destabiliza a democracia e viola o acesso de cada cidadão aos direitos humanos.

Resultados de várias investigações mostram que a corrupção influencia negativamente a justiça e a economia, sendo uma grande desvantagem para o funcionamento harmonioso da sociedade. A corrupção simplesmente aniquila o valor da justiça, que se torna parcial, e do trabalho dos seus funcionários. O julgamento já não é igual para causas iguais. Pesquisadores em lei descobriram que a corrupção reduz o valor da lei e bloqueia o desenvolvimento na ciência jurídica, por falta de uma correta interpretação dos instrumentos.

Numa situação de falta de confiança na justiça, as pessoas procuram satisfação por recurso a

---

43 Idem

outros meios. É por isso que certas práticas, como justiça da rua, desenvolveram-se sempre mais (execução através de linchamento de ladrões, acerto de contas entre indivíduos em conflito, etc.) A justiça corrupta promove ostracismo e exclusão dos magistrados honestos que acabam por ser marginalizados pelo sistema. A sociedade perde, assim, competências e magistrados honestos e a insegurança jurídica torna-se, gradualmente, parte da sociedade.

A corrupção podia ser diminuída por várias etapas. Primeiro, o acesso aberto à informação 44 pode ajudar a manter o público informado sobre o funcionamento interno do governo, expondo assim as actividades clandestinas. Segundo, sendo que a ingenuidade das pessoas sobre os seus direitos civis e judiciais torna as instituições públicas vulneráveis à corrupção, a educação cívica sobre os direitos políticos, o processo legal, e as funções do governo podem ajudar a aliviar a corrupção. Terceiro, punindo de forma adequada e uniforme a corrupção gera responsabilidade igualdade perante a lei. As acções para à eliminação da corrupção chegaram a um ponto importante em 2006 quando o governo camaronês promulgou várias iniciativas para combater a corrupção, incluindo a criação da Comissão Nacional Anticorrupção<sup>45</sup> a causa da corrupção entre 1998 e 2004, uma estimativa que a própria organização reconhece como modesta na melhor das hipóteses. A nova estratégia do NACC, descrita no relatório de 2011, procura criar uma nação de integridade até 2015, visando especificamente a reforma do orçamento público, os contratos públicos e os impostos. Embora este plano particular seja um passo importante e otimista para a frente a sua aplicação, continuará a ser um desafio nos Camarões visto que a corrupção é tão severamente arraigada na prática pública e do governo).

## 1.4 Os direitos humanos nos Camarões

Nas últimas décadas os Camarões têm demonstrado um registo bastante pobre em proteger a liberdade civil dos seus cidadãos, especialmente as liberdades de expressão, de associação e de reunião. O governo tem reprimido ativamente a liberdade de imprensa, especialmente durante as eleições<sup>46</sup> e tem apertado o cerco contra a oposição política de uma

---

44 <http://cima.ned.org/tools-and-resources/country-profiles/africa/cameroon>

45 [http://www.conac-cameroun.net/en/index\\_en.php](http://www.conac-cameroun.net/en/index_en.php)). Segundo ao relatório a organização de Fevereiro 2011, o país perdeu 1800000000000 CFA (= 274.408.231 euros)

46 O sistema pluripartidário foi adotado nos Camarões em 1992. Visto que sempre houve muitas alegações de fraude (incluindo a falta de distribuição adequada de todos os cartões de eleitor, a abertura tardia das assembleias de voto, a ausência de tinta indelével, e intimidação de eleitores. Houve casos em que os elementos das forças de segurança agiram independentemente do controle civil). de ambos os representantes da sociedade civil e de observadores internacionais, antes das últimas eleições foram tomadas medidas para melhorar este aspeto. Por exemplo a

forma que infringe os direitos camaroneses "para se reunir, protestar e falar contra o governo".

Outros grandes abusos de direitos humanos incluem as condições de risco de vida nas prisões, a detenção preventiva arbitrária, prolongada e por vezes sem a comunicação das razões da detenção. O governo perseguiu e deteve jornalistas; a restrição da liberdade de expressão, de imprensa e de associação e de movimento. Violência social e discriminação contra as mulheres e meninas, incluindo a mutilação genital feminina, o tráfico de pessoas (principalmente crianças) e discriminação contra homossexuais<sup>47</sup>. Ocorreu ocasionalmente discriminação contra pessoas com albinismo, embora os incidentes continuem a diminuir. O governo restringiu os direitos dos trabalhadores e as atividades das organizações de trabalhadores independentes. Servidão hereditária, trabalho forçado, inclusive de crianças, e trabalho infantil, continuam a ser problemas graves da sociedade dos Camarões. (cf US Department of State- State Report: Cameroon, 2009)

Em 2008, no auge da agitação em torno da aprovação da emenda constitucional que aboliu os limites de mandato executivo, o governo arrastou jornalistas que escreveram reportagens sobre a corrupção e os abusos de poder do governo. Esses foram posteriormente acusados de difamação politicamente motivada. Defensores dos direitos humanos de vários proeminentes ONGs foram perseguidos, ameaçados e até mesmo presos em represália pelas suas críticas ao governo. A polícia dos Camarões usa frequentemente violência desnecessária, os encarceramentos arbitrários e as detenções ilegais para reprimir manifestações e para encerrar as reuniões dos ativistas.

Hoje, jornalistas e ativistas críticos do governo continuam a enfrentar pressões para moderar as suas opiniões. Vários críticos ainda estão na prisão - com acusações de fraude, de terem revelado informações confidenciais, ou de utilizarem documentos falsos. Outros ativistas e organizações continuam a enfrentar a censura do governo, incluindo os grupos políticos de acção não-violenta, sindicatos e associações da sociedade civil.

---

introdução do registo biométrico dos eleitores (a eleição anterior tinha eleitores múltiplos e não-existent) dum boletim de voto único para as eleições presidenciais, da elegibilidade de candidatos independentes, da possibilidade dos jovens de 18 anos a votar (dantes a idade mínima era de 20 anos), a eleição presidencial em dois turnos, estabelecendo um calendário eleitoral, a harmonização das leis eleitorais e a criação de uma comissão eleitoral "verdadeiramente independente". Não obstante estas medidas, ao final das eleições do 2013 mais de 40 acções de anulação foram apresentadas à Corte Suprema, mas nenhuma delas foi bem sucedida.

<sup>47</sup> As leis do país processam as pessoas por conduta homossexual consensual de forma mais agressiva do que quase qualquer outro país do mundo. Ao contrário de muitos dos 76 países que actualmente possuem tais leis, mas que raramente as cumprem, os promotores camaroneses trouxeram acusações contra pelo menos 28 pessoas por conduta homossexual ao longo dos últimos três anos. Não obstante a polícia e os funcionários do governo têm afirmado em diversas ocasiões que o artigo 347 bis da Constituição só se aplica àqueles que são apanhados no ato, na maioria dos casos, os acusados são condenados, muitas vezes com base em pouca ou nenhuma evidência. Investigadores frequentemente utilizam a tortura para obter confissões. Embora o Código de Processo Penal contém disposições no sentido de que as confissões devem ser acompanhadas por outros meios de prova, essas disposições não são respeitadas. ( Human Rights Watch 2013)

A partir das condições das prisões até a alta incidência de prisioneiros ilegalmente detidos, a falta dum processo penal adequado, o estado deplorável dos direitos dos presos em Camarões continua a manchar o registo de direitos humanos do país. O sistema penitenciário nacional encontra-se em condições deploráveis, sendo os cuidados médicos inadequados e a alimentação insuficiente. Devido à falta de financiamento, as prisões camaronesas estão muitas vezes sobrelotadas e servidas por guardas que estão inadequadamente treinados, mal equipados, ou com falta de pessoal. Na maioria das prisões (a de Buea incluída), os detidos que aguardam julgamento são trancados nas mesmas celas que os condenados. Noutras instalações os presos doentes mentais são privados de cuidados psiquiátricos. Mortes ocorrem em prisões devido ao calor insuportável, doenças e violência infligida aos presos durante as intervenções nas revoltas.

Além de violações dos direitos dos prisioneiros, Camarões também demonstrou várias falhas na maneira de aderir ao processo penal, que é crucial para garantir o tratamento equitativo dos cidadãos perante a lei. Um aspeto dessas deficiências é a fiança/caução. Muitas vezes a polícia cobre muito mais os suspeitos acusados de um crime, a fim de embolsar o dinheiro extra. Esta prática não é apenas um exemplo primordial de corrupção, mas também demonstra o abuso do processo penal que ocorre dentro do sistema de justiça. Outra deficiência no sistema é a detenção administrativa, ou prisão por um executivo de governo sem julgamento com a finalidade de "manutenção da lei e da ordem." Os administradores têm poderes para requisitar as pessoas para a detenção e prisão sem julgamento por um período renovável de tempo que varia de três dias a 30 dias. Eles podem renovar as detenções por tempo indeterminado. Também foram registados casos de julgamentos realizados em horários que colocam o réu numa posição de desvantagem, seja na manhã muito cedo ou tarde a noite. Outras vezes, aos réus é negado o direito a um advogado, e ainda outras instâncias recusam aos réus tempo suficiente para se preparar para o julgamento.

O devido processo legal encontra-se no coração de direitos do cidadão em relação ao seu governo. O estado deplorável dos direitos dos presos e do processo penal nos Camarões é um problema sério que deve ser resolvido para que o Estado não continue a perpetuar esses erros de justiça. Às vezes acontece as pessoas permanecerem prisioneiras mesmo quando os seus casos foram perdidos ou descartados. É portanto fundamental que os *media* continuem a expor as deficiências do sistema jurídico e do estado deplorável das próprias prisões. O governo camaronês precisa de atribuir prioridade e aumentar o financiamento para a expansão e as reformas das prisões, incluindo a construção de novos presídios para aliviar a sobrelotação, o aumento das provisões de alimentos e o tratamento médico, e o aumento de pessoal e da formação na prisão. O

governo também deve reprimir o abuso dos prisioneiros e a tortura, processando os responsáveis.

## **2. A INSTITUIÇÃO**

### **2.1 ONG - Papel no desenvolvimento**

Uma vez não mais de que instituições de caridade, muitas das ONGs são hoje em dia grandes empresas. Algumas são focadas principalmente na ajuda de emergência, distribuindo alívio onde é necessário, outras são principalmente ativistas, existindo para promover as questões consideradas importantes pelos seus membros. O público em geral tende a vê-las como uniformemente altruístas, idealistas e independentes. Mas o termo ONG, como as atividades destas organizações em si, merecem mais cuidado na definição e na percepção dos papéis.

Na década de 1990, a visão dominante das ONGs era essencialmente uma de organizações heroicas que procuram "fazer o bem " em circunstâncias difíceis. As vozes críticas têm crescido como o esgotamento do valor novidade das ONGs, após a sua "descoberta" inicial por parte dos doadores internacionais, governos e pesquisadores. O fato de que as ONGs já se tornaram o foco de

críticas de muitas perspectivas políticas diferentes é também um reflexo do fato que investimento feito pelas ONG como a ajuda externa pode, portanto, muitas vezes não ter os resultados esperados.

#### **Definição**

As ONGs são organizações privadas constituídas - sejam eles empresas, profissionais, comerciais e voluntárias, instituições de caridade - que podem ou não ter lucro. Dentro desta definição legal, todas as organizações não-governamentais, sejam empresas ou do terceiro sector, podem ser vistos como formas de ONG. Uma definição útil e concisa é fornecida pelo Vakil (1997), que - com base em elementos do definição estrutural- operacional estabelecida acima - afirma que as ONGs são "organizações privadas sem fins lucrativos que são voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas desfavorecidas<sup>48</sup>.

Neste relatório utilizei o termo ONG neste sentido restrito. Mesmo assim, é ainda preciso reconhecer um elevado grau de diversidade entre os diferentes tipos de ONG. Uma distinção básica comum na literatura é que entre Northern ONG (NNGO), que refere-se a

---

<sup>48</sup> Podemos, portanto, definir as ONGs em contraste com outros tipos de "terceiro sector": grupos como sindicatos, organizações envolvidas com artes ou desportos e associações profissionais.

organizações cujas origens encontram-se nos países industrializados, e Southern ONG (SNGO), que se refere a organizações das áreas menos desenvolvidas do mundo.

Em base no âmbito do trabalho das ONGs podem ser resumidas em termos de três conjuntos principais de atividades que empreendem, e estes pode ser definido como três funções: implementadores, catalisadores e parceiros.<sup>49</sup>

O papel implementador está relacionado com a mobilização de recursos para fornecer bens e serviços para as pessoas que deles necessitam. O papel da prestação de serviços incorpora uma ampla gama de atividades desenvolvidas por ONGs em áreas tão diversas como saúde, microcrédito ou agricultura. Um catalisador é normalmente entendido como uma pessoa ou coisa que traz a mudança. O papel do catalisador pode portanto ser definido como a capacidade das ONG de inspirar, facilitar ou contribuir para um melhor pensamento e acção para promover a mudança. Isto pode ser direccionado para indivíduos ou grupos nas comunidades locais, ou entre outros atores do desenvolvimento, tais como governo, empresas ou doadores. Pode incluir a organização de base e formação de grupo, o trabalho de género e empoderamento, lobby e advocacia, a realização e divulgação de pesquisa, e as tentativas de influência de processos políticos mais amplos, através da inovação e do empreendedorismo político.

A prestação de serviços aumentou como as ONGs têm sido cada vez mais contratadas por governos e doadores dentro das duas últimas décadas para realizar tarefas específicas em troca de pagamento, mas também tornou-se mais proeminente como ênfase crescente dada ao papel das ONGs na resposta às emergências provocadas pelo homem ou desastres naturais, no âmbito da acção humanitária.

Um catalisador é geralmente entendido como uma pessoa ou coisa que traz a mudança. O papel do catalisador pode portanto ser definido no caso das ONG como capacidade de inspirar, facilitar ou contribuir para um melhor pensamento e melhor acção, para promover a mudança. Isto pode ser direccionado para indivíduos ou grupos das comunidades locais, ou entre outros atores do desenvolvimento, tais como o governo, empresas ou doadores. Pode incluir a organização de base e formação de grupo, o trabalho de género e empoderamento, lobby e advocacia de trabalho.

---

<sup>49</sup> Lewis D.( 2001)

O papel do parceiro no caso das ONG reflete a tendência crescente de trabalharem com o governo, os doadores e o sector privado num conjunto de atividades. Ele também inclui atividades que acontecem entre as ONGs e a comunidade, como o trabalho de 'capacitação' que visa desenvolver e fortalecer capacidades. Obviamente, uma ONG específica raramente é confinada a um único papel, a maioria das organizações envolvendo-se em todos os três tipos de atividades ao mesmo tempo.

É provavelmente impossível dizer quantas ONGs existem no mundo, uma vez que não existem estatísticas abrangentes ou confiáveis. Sendo que as definições do que constitui, na verdade, uma ONG tendem a variar muito, as estimativas variam também, colocando o número num milhão, (organizações informais e formais), enquanto o número de ONGs registadas, que recebem ajuda internacional é provavelmente mais perto de algumas centenas de milhares.

### História

Uma visão comum das ONG é que são organizações por meio do qual as pessoas expressam um sentimento de obrigação ou vontade de ajudar os outros, sem razões de lucro. As origens devem, portanto, ser largamente determinadas pelas culturas particulares da obrigação e da natureza da caridade dentro de uma determinada sociedade.

Ao contrário do Norte, o Sul tem sido objeto da penetração colonial, que pode ser também considerada uma fonte de desenvolvimento SONG, como é o caso na maior parte da África. Embora a questão da origem não é, portanto, simples nem fácil, a questão chave a ser feita é o grau em que uma SNGO está enraizada na sua própria sociedade, em termos de eleitorado e da sua ligação com a base da economia nacional.

O crescimento da SNGO é dirigido tanto à oportunidade como ao recurso. No caso dos recursos, a insatisfação dos doadores privados e governamentais com o desempenho do Estado em muitos países em desenvolvimento fez com que as ONGs tenham sido vistas como alternativas viáveis para os recursos de ajuda oficial.

Em termos de oportunidade, a abertura de um espaço cívico tem permitido o surgimento de muitas novas entidades não-governamentais como fornecedores de serviços e as organizações com base comunitária. As ONGs desempenham cada vez mais um papel crucial na realização do desenvolvimento nacional, especialmente em países que implementam políticas de ajustamento estrutural. Nestas situações, e vista a tendência mundial de reduzir a responsabilidade direta do governo para a prestação de serviços sociais. Espera-se geralmente que as SNGOs preencham as lacunas causadas pela diminuição das prestações de serviços do governo, tratando de áreas e

grupos populacionais onde o governo não pode ou não vai segurar.

Além disso, em muitos países em desenvolvimento, o sector privado não está a gerar emprego com a mesma rapidez que suas populações se expandem. Como uma nova área de crescimento, as SNGO tornaram-se uma escolha de emprego óbvio, por razões que pouco têm a ver com o compromisso de uma pessoa as valores e aos princípios morais.

#### Financiamento

Embora outros fatores, como ideologia e história contribuem para o funcionamento das SNGO, as fontes de financiamento representam uma forma significativa para perceber a orientação duma SNGO, como funciona , e quais são os objetivos. Fundos inadequados ou que dependem do controlo de outras pessoas limitam a liberdade de escolha, a autonomia e até o desempenho das SNGO<sup>50</sup>.

## 2.2 Caracterização da instituição

Em Janeiro de 2008, a ONG Global Conscious Initiative<sup>51</sup> começou o Prisoner Rights Project, com o objetivo de observar as condições dos detidos no sistema prisional dos Camarões e posteriormente dar-lhes assistência, tanto de uma forma legal quanto tentando melhorar as condições acima mencionadas.

O projeto teve início e foi realizado na prisão de principal Kumba, cidade onde fica a sede da GCI. O escritório em Buea abriu em Maio de 2009 e poucos meses depois, a causa de dificuldades logísticas (ex. para viajar de Kumba a Buea são precisas 2-3 horas) a delegação GCI nesta cidade decidiu criar uma nova ONG com o nome Human Is Right (a partir de agora HisR), sob a coordenação de dois ex-estagiários, Francesco Frigerio (da Itália, atualmente General Coordinator da nova ONG) e Blaise Aime Chamango (dos Camarões - Project Coordinator).

A missão da nova ONG, inspirada nos mesmos princípios de GCI, é melhorar as questões de direitos humanos mais prementes dos Camarões, principalmente: corrupção, abuso dos direitos dos presos, desigualdade de género, deficiências de liberdade civil e falta de acesso a uma justiça eficiente e eficaz, promovendo e protegendo os direitos humanos e as liberdades consagradas na

---

<sup>50</sup> As cinco fontes primárias disponíveis para SNGO são: doações feitas pelo público em geral ( a economia da dádiva ); dos governos do sul através subvenções; fontes de ajuda oficial do Norte; das ONGs do Norte; de atividades de auto-financiamento comercial das próprias SNGO ( investimento ou empresa) - dinheiro que não está vinculado a qualquer projeto específico. Além disso, ajuda a arrancá-las economicamente dentro de própria sociedade, invés de depender dos recursos de ajuda internacional.

<sup>51</sup> <http://gci-cameroon.org/about-us/history-of-gci/>

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao incentivar e capacitar o público a desempenhar um papel ativo no apoio à paz e ao desenvolvimento, HisR se esforça para ajudar a fortalecer as comunidades com quais trabalha facilitando a criação de redes de organizações que trabalham juntas para promover a democracia e os direitos humanos.

O projeto principal de HisR e o Prisoners Rights Project (Projeto Direitos dos Presos - PDP), cujos objetivos são:

- Investigar a situação - buscar, examinar e estudar a situação das prisões, a fim de desenvolver relatórios e encontrar aplicações práticas;
- Assistência jurídica - encontrar os detidos e as autoridades, dar assistência jurídica gratuita aos presos e/ ou injustamente detidos;
- Follow-up - encontrar novas oportunidades para que os ex-condenados sejam reinseridos na sociedade;

Na altura da chegada da estagiária a associação estava a dar os primeiros passos no caminho da recuperação da atividade. Por causa de várias dificuldades, principalmente de natureza económica, o escritório (no sentido mais amplo da palavra, na realidade era uma sala com uma mesa, as cadeiras e o modem da internet, que nem sempre funcionava) provisório não foi escolhido com base na presença de todas as comodidades necessárias, mas com base no preço e na proximidade aos lugares que a equipe da ONG tinha que frequentar mais - a prisão e o Instituto Borstal. Tal escritório, bem como a casa que abrigava funcionários estava localizada num bairro considerado tranquilo, sendo perto do quartel regional do exército<sup>52</sup> mas muitas vezes não tinha água nem eletricidade.

Acerca do lado organizacional, é preciso especificar que o projeto continua em curso e na altura do estágio contava com a colaboração de cinco estagiários (o autor, dois da Itália, um da Rússia e um dos Camarões) todos com as mesmas tarefas e deveres. Para facilitar o andamento dos projetos e melhorar o desempenho dos funcionários, no futuro haverá uma repartição específica das tarefas e uma divisão exata dos projetos; com a mesma finalidade, a procura de novos colaboradores será baseada em pessoas com capacidades específicas para o âmbito de interesse da associação. Nas últimas semanas da estadia começámos a dividir as tarefas: a cada um de nós foi atribuído um projeto, que íamos seguir como responsáveis, preparando tudo para a

---

<sup>52</sup> Apesar deste facto, o coordenador do projeto decidiu, por razões de segurança e para evitar incidentes desagradáveis, de não explicar aos vizinhos a razão da nossa presença, e também de não divulgar ou dar a conhecer a ONG com os sinais ou inscrições com nome fora da porta

entrada de novos estagiários.

### **2.3 Objetivos**

O objetivo inicial era de realizar uma pesquisa sobre a relação entre educação e criminalidade num contexto de extrema pobreza. Visto que a maioria dos ex-condenados é normalmente libertado para a comunidade sem uma qualificação do ponto de vista do trabalho, com um baixo nível de educação e altamente susceptível de ser envolvido em atividades criminosas, íamos investigar sobre o papel e funcionamento do encarceramento como abordagem de prevenção da repetição do comportamento criminoso.

O interesse da investigação é sobre a população da prisão de Buea (fontes não oficiais afirmam que a prisão com uma capacidade de cerca 300 lugares abrigava na altura do estágio mais do que o dobro), especialmente mulheres e jovens menores de idade, bem como os jovens hospedados no Instituto Borstal. Infelizmente não há dados sobre o funcionamento destas instituições, ou se existem não conseguimos ter acesso aos mesmos.

Durante as primeiras tapas da pesquisa na Prisão de Buea descobrimos uma imagem clara e perturbadora das condições dos prisioneiros e começamos a construir um arquivo consistente sobre o assunto.

Com a crescente consciência da situação e da necessidade urgente de fazer alguma coisa concreta, HisR deu uma nova direção ao projeto, tentando não só avaliar as condições da prisão, mas também dar assistência jurídica aos presos inexperientes ou sem meios financeiros suficientes. Isso foi possível graças ao advogado pro bono que aceitou cooperar gratuitamente.

### **2.4 Metodologia e ferramentas de pesquisa**

Antes de iniciar a investigação foi precisa uma pesquisa documental sobre a situação dos direitos humanos no país, acesso a educação e igualdade de género.

Os métodos de recolha da informação - de maneira tanto direta como indiretamente - basearam-se na observação da vida diária e na utilização de questionários e entrevistas abertas (feitas aos funcionários das duas instituições, a pessoas detidas e a umas testemunhas privilegiadas enquanto detentores de experiência na área dos direitos humanos).

Sabendo que o acesso inicial na prisão foi limitado a uma classe de reclusos que foi possível entrevistar durante a primeira fase de visitas (os com seis meses ou menos para completar a punição, considerados os menos perigosos, estando no fim do processo de reeducação), o

questionário (anexo 4) foi atualizado. Em particular, foi adicionada uma nova secção de perguntas cujo objetivo era descobrir preferências e atitudes dos presos para tipos de empregos que não exijam muitas competências e se desenvolvam sem precisar de uma grande quantidade de dinheiro para ser iniciados. O objetivo era criar facilidades para o futuro, de maneira a que os ex-condenados possam encontrar mais facilmente atividades que assegurem uma renda estável e que impeçam o risco de voltar ao crime.

Tivemos também que adaptar as perguntas a serem feitas às mulheres, uma vez que entendemos que a situação delas era muito diferente: um pouco mais ligeira do ponto de vista das condições da habitação - por causa da falta de sobrelotação - mas muito mais complicada porque todas elas tinham filhos menores que foram forçadas a deixar aos cuidados da família.

Inicialmente pensamos de tentar falar com o maior número de pessoas possível, a fim de coletar mais dados para ser usados em um momento posterior. Este método demonstrou-se pouco eficaz, visto que durante as primeiras abordagens as pessoas responderam mecanicamente aos questionários, e mesmo quando poderiam desenvolver as repostas eram sempre monossílabos.

O que nos fez mudar a abordagem foi especialmente o fato de que após a aplicação dos primeiros 10 questionários nenhuma pessoa se ter queixado de nada, todos afirmando sentir que os seus direitos como pessoas e como detidos eram integralmente cumpridos, embora fosse claramente visível que a realidade era diferente. Decidimos portanto de falar mais vezes com as mesmas pessoas, em diferentes ocasiões, tentando deixá-los falar o mais possível deles, da vida antes da prisão, das famílias, do trabalho, a fim de criar um ambiente de confiança. Desta forma, fomos capazes de descobrir que as coisas não eram realmente como tinham sido descritas no início, e que eles todos eram testemunhas e, por vezes, vítimas de graves violações dos direitos humanos.

### **3. PLANO DO TRABALHO DO ESTAGIO**

#### **3. 1 Atividades**

##### **3. 1.1 Criação da rede de partners**

Visto que as atividades da ONG Human Is Right (HisR) na cidade Buea foram suspensas por quase um ano, foi necessário reconstruir a rede de stakeholders- advogados e outros ativistas de direitos humanos, funcionários que têm o poder de melhorar a situação nas prisões- útil para o sucesso da implementação da organização. Nesta óptica foram construídas relações com:

*Conselho de Estado (State Council)*

Foi dado o primeiro passo para obter as autorizações do State Council para as ações na prisão. No período de três semanas de negociação foi possível a obtenção de uma autorização de acesso temporário à prisão de Buea com a finalidade de falar com uma determinada categoria de presos, os que irão abandonar a prisão em menos de seis meses. Esta limitação era devida à oposição dos representantes do novo Conselho de Estado de Buea de dar um acesso completo as todas as categorias de presos. As razões dadas para este acesso limitado foram que tudo devia ser organizado de forma adequada para evitar a falta de segurança, que podia ser potencialmente prejudicial tanto para os operadores HisR como para os presos.

*Comissão Nacional dos Direitos e Liberdades Humanas (National Commission on Human Rights and Freedom)*

A HisR, a sua equipa e as atividades foram introduzidas a Comissão Nacional de Direitos e Liberdades Humanas (a partir de agora referido como NCHRF53).

O NCHRF deu total apoio aos projetos da HIR esperando manter uma colaboração constante. Além disso, o NCHRF deu acesso à sua documentação e relatórios sobre a condição dos Direitos Humanos nos Camarões e prometeu o seu apoio para o relatório das violações dos Direitos Humanos que vão ser descobertas durante a investigação.

*Instituto Borstal (Borstal Institute)*

O Instituto Borstal (a partir de agora referido como BI) é um centro correccional e reformatório criado em 1965. Na altura do estagio tinha 37 rapazes( em principio entre 12 e 17, mas encontramos também meninos com a idade dos 7 aos 21) dos quais 9 devido à violação de código penal e 28 enviados pelos Serviços Sociais dos Camarões (anexo 1). Neste Instituto estão a trabalhar cinco educadores e dois cozinheiros. O objetivo do Instituto é reeducar os rapazes e dar-lhes apoio para descobrir aptidões de modo a facilitar a sua integração na sociedade.

Após troca de informações com o Sr *Fidelis Njie Ewumbue*, o diretor do BI, foi elaborado um memorando de entendimento entre HisR e BI (questionário introdutório e memorandum nos anexos 2 e 3), com o objetivo que a partir deste a imagem e a apreciação de ambos os parceiros

---

53 <http://www.cndhl.cm/index.php/nchrf-in-detention-centers-in-cameroon-achievements-challenges-and-prospects>

melhorará nas instituições locais e na opinião da população em geral.

*Sr. Barrister Njella Stephen*

Sr. Stephen Njella, advogado com experiência no campo dos Direitos Humanos, ofereceu o total apoio pro-bono como advogado nas actividades que serão executadas para HisR em Buea.

*Empregados da Prisão de Buea*

Com a autorização do Conselho de Estado, HisR construiu o seu contacto com o Chefe de Polícia de prisão de Buea (a partir de agora referido como CPPB). O CPPB saudou a iniciativa de HisR e fez um discurso interessante sobre a importância da prisão como um lugar de reeducação e da necessidade de ajudar os presos a não recorrer ao comportamento criminoso. Apesar do facto que os colaboradores da ONG tinham seguido a prática certa para obter a autorização de acesso na prisão, o CPPB afirmou que a autorização do Conselho de Estado não tinha nenhum valor, uma vez que cabia a ele a escolha sobre o acesso para a prisão (mostrando o seu verdadeiro poder e a situação de conflito entre autoridades). Mesmo que a obtenção de autorização ao Conselho de Estado tenha causado alguns atrasos no arranque dos Projeto Direitos dos Prisioneiros, o lado positivo desta situação é que o CPPB é favorável às actividades de HisR, facilitando o acesso a mais classes de presos.

Foram acordadas reuniões semanais entre o staff da HisR e o CPPB - que por causa dos muitos compromissos do último acabaram para se tornar quinzenais - para fazer um balanço da situação e para discutir os progressos do projeto.

*Mme-Enaka Ako Elisabeth*

A equipe HisR foi apresentada a Mme Enaka AE, o secretário-chefe do Tribunal de Primeira Instância de Buea, que deu o total apoio às actividades do HisR. Mme Enaka forneceu orientação, conselhos e informações úteis para HisR, aconselhando por exemplo a começar as ações para ajudar alguns jovens menores de idade encarcerados na Prisão Central de Buea a ser transferidos para o Borstal Institute, o lugar legítimo onde eles deveriam ser mantidos.

*Human is Right, Divisão Kumba*

O relacionamento com a secção original HisR baseada em Kumba ainda estava numa fase de estagnação, sendo a única relação o diálogo constante entre os chefes de projeto das duas secções. Foi só durante o segundo mês da permanência da autora que foi realizada uma visita com

a equipa completa para a divisão de Kumba. Fomos calorosamente recebidos pelo Sr. Ntebo Ebenezer Awungafac, Executive Director da Global Councious Initiative e pelos dois estagiários, um de Camarões e da Suíça, que nos apresentaram a associação e seus projetos. Foi muito construtivo compartilhar os nossos medos sobre o sucesso do projeto com pessoas que trabalham na área há muito mais tempo, e ter a garantia de que o fator chave para ter bons resultados não é a rapidez das ações mas a perseverança.

### **3. 1.2 Implementação das relações com o Instituto Borstal**

HisR encontrou no BI um ótimo parceiro para os seus planos futuros para trabalhar com a delinquência juvenil no contexto do Projecto de Reforma contra a Delinquência Juvenil (a partir de agora referido como PRDJ). Após o conhecimento do espaço físico (do funcionamento do Instituto e das pessoas que lá trabalham) e duas semanas de negociações, foi elaborado um Memorandum of Understanding que estabelece o início de uma colaboração contínua com duração de três anos, com a possibilidade de ser renovada. O conteúdo deste memorando estabelece que HisR vai fornecer instalações para o processo correcional de jovens com problemas de inserção social, e que BI vai dar o seu apoio para realizar essas atividades.

Uma vez por semana a equipa reunia-se com o diretor do instituto, para atualizações sobre o projeto, para compartilhar e trocar pontos de vista sobre os métodos de ensino.

Durante o período do estágio todos os membros de ONG participaram no dia-a-dia da instituição, inicialmente assistindo a várias lições, em seguida, chegando a ter a oportunidade de dar aulas - geografia, inglês - e a organizar atividades recreativas e desportivas.

Participávamos também em duas atividades semanais muito especiais, nas sextas e nos domingos à tarde. A última, chamada *talent night*, ocorria da parte da tarde - a altura semanal das visitas dos familiares – até o final da noite, e era realizada com a intenção de proporcionar uma oportunidade para os jovens mostrarem seus talentos. O evento era dividido por categorias: música, dança, teatro, jornalismo, informação sobre higiene e doenças, e contava com a participação de todos os beneficiários do centro (vestindo a melhor roupa), dos poucos familiares em visita, de todos os educadores e às vezes algum convidado internacional (ocasião em que o dia era preparado com antecedência, com vários ensaios para garantir que tudo corresse da melhor maneira possível).

Chamada “moral challenge”- o desafio moral- a atividade das sextas à tarde foi concebida para punir os desvios e ensinar o respeito pelas regras. Todos os membros do instituto, rapazes, professores e o diretor reuniam-se para falar sobre a semana e julgar aqueles que cometeram atos

de desobediência. Começava com uma oração que invoca a ajuda de Deus para ser honesto - os meninos - e justos - os professores, depois cada um se levantava e dizia o que fez de errado ou não fez - faltou às aulas, esqueceu os cadernos, saiu do centro sem autorização. A punição dependendo da gravidade da infração, a começar por ir para a cama sem jantar, a limpar as áreas comuns, a ser chicoteado pelos colegas, sendo este último método o favorito de longe dos professores, que em seguida explicaram-nos que é culturalmente aceite, uma vez que é sempre usado por todas as famílias. Cada vez no final desta atividade, bem como durante as reuniões semanais com o diretor, a equipe HisR continuou a insistir sobre os perigos desta punição física e pública e sobre as suas consequências psicológicas.

De vez em quando conseguimos reparar em ligeiras mudanças - que aconteciam provavelmente mais para evitar discussões sobre os mesmos temas de que em seguida compreensão do nosso ponto de vista, mas com certeza vai ser muito difícil de erradicar esta prática, que é bem aceite e apoiada pelos educadores.

Visto que a maioria dos professores (4 em 5) não tinha acabado o curso, mas ainda estava estudando, foi combinado que pelo menos um estagiário de HisR ia apoiar constantemente, através da presença diária, todas as atividades educativas. No futuro a HisR enviará sempre pelo menos dois funcionários com competências específicas de assistentes sociais ou educadores.

### **3. 1.3 Início do Projeto “Direitos dos Presos” (Prisoners Rights Project)**

Depois de várias tentativas sem sucesso (devidas a falta de CPPB, ou as pessoas certas para nos acompanhar ao interior da prisão, ou até dos prisioneiros que se encontravam a trabalhar dentro da própria prisão) conseguimos finalmente entrevistar algumas pessoas.

Tendo em conta a disponibilidade dos prisioneiros - ou seja tentando não interferir com o trabalho que tinham que realizar para a manutenção da prisão - e do facto de que as visitas deveriam ser realizadas em dias com guardas suficientes para nos organizar o ambiente de trabalho, as nossas visitas foram agendadas por três dias cada semana, de manhã até à tarde. Durante o resto do dia e nos outros dias, quando não estávamos a visitar as autoridades envolvidas no projeto, estávamos ocupados com a análise e o processamento dos dados recolhidos.

Diante da dificuldade na comunicação - em teoria a região é anglófona, mas a maioria dos

presos só falava pidgin<sup>54</sup> ou francês, e os estagiários não estavam no país o tempo suficiente para ser capazes de se entender, inicialmente tivemos que nos dividir em duas equipas, uma com o líder do projeto e outra com a estagiária camaronesa, que atuaram como intérpretes enquanto os outros transcreveram a entrevista e tomavam notas sobre o seu desenvolvimento.

Ao princípio as pessoas entrevistadas eram muito desconfiadas, a maioria delas recusando falar mesmo depois de ter explicado o propósito da nossa presença e garantido que as nossas atividades ocorriam fora do controlo das autoridades da prisão e que as conversas iam permanecer secretas.

Embora o acesso aos presos políticos e aos cidadãos estrangeiros continuasse a ser-nos negado, após as primeiras visitas as pessoas - guardas e prisioneiros - começaram a confiar mais, o que nos permitiu falar com outras categorias de presos que, em teoria, estavam fora do nosso alcance: os que ainda aguardavam o julgamento, acusados de crimes graves e mulheres. Das reuniões com as últimas surgiu a ideia de um novo projeto, que trate só das necessidades especiais das mulheres presas.

Descobrimos também a presença de cerca de 12 menores de idade, condenados ou aguardando sentença, que em teoria, não deveriam estar na prisão, mas em uma instituição correcional juvenil.

### **3. 1.4 Início do projeto Women Behind Bars**

O Projeto direito dos prisioneiros do sexo feminino foi concebido devido às condições degradantes das unidades prisionais dos Camarões e as condições deploráveis e de risco de vida de mulheres nas prisões. O projeto leva em consideração as condições em todos os locais de encarceramento- incluindo polícia e células gendarmerie, e especialmente a situação das reclusas nas prisões.

O projeto envolve a recolha de dados sobre as mulheres encarceradas em delegacias de polícia/gendarmerie e nas prisões, educação e formação para trabalhadoras das prisões, mobilização e coordenação do apoio da sociedade civil para as comunidades prisionais, e a prestação de assistência jurídica e representação, bem como uma criação de programas que acompanham a reinserção na sociedade das mulheres condenadas.

A primeira fase do projeto implica a realização de pesquisas de avaliação das necessidades das instalações de encarceramento e a organização de oficinas de consulta com os oficiais de

---

<sup>54</sup> ver Cap. 1- Demografia

polícia/gendarmes, trabalhadores prisionais, ativistas da sociedade civil, jornalistas, clérigos, ex-presidiários etc, para discutir padrões básicos para as instalações de encarceramento e para o tratamento das mulheres privadas de liberdade.

HisR utilizará a informação recolhida para lançar um boletim chamado Mulheres nas prisões (Women Behind Bars) para expor as condições em que as mulheres se encontram nas prisões. O boletim vai falar também sobre as mulheres que são vítimas de todos os tipos de abusos nas prisões, e das em situações difíceis na vida, como viúvas, mulheres vítimas de tradições ancestrais abusivas, mulheres estigmatizadas pelas suas comunidades, etc.

Como no caso dos presos homens, HisR quer mobilizar ajuda para a realização de melhores instalações de encarceramento. Um outro objetivo será criar um programa de reeducação e de formação a actividades geradoras de renda para ajudar a reinserção na sociedade para as mulheres, uma vez que estas estão fora das prisões.

## **CONCLUSAO**

### **1 Relação escolaridade criminalidade**

O objetivo inicial do estágio, pensado antes de o começar, era de observar a relação entre educação e crime (É possível reduzir os índices de criminalidade aumentando a formação de potenciais criminosos?), no caso das categoria desfavorecidas de reclusos da prisão de Buea, com ênfase nas mulheres, nos menores e nos imigrantes. Ao chegar ao lugar do estágio, percebi que não era uma tarefa fácil, dada a dificuldade de acesso a estas categorias - cujo acesso nos foi repetidamente negado, talvez por causa da sua vulnerabilidade - e o número baixo de representantes das mesmas.

Tive então que modificar a pergunta de partida e substituí-la por uma reflexão mais geral. A motivação para a pesquisa sobre a relação entre educação e desvio não se limitava às implicações políticas óbvias para prevenção da criminalidade. Estimar o efeito da educação sobre a atividade criminosa poderia lançar alguma luz sobre a importância da educação e a sua rentabilidade em relação a outras medidas de prevenção do crime.

De uma forma geral, apesar das implicações políticas, pouco se sabe sobre a relação entre escolaridade e comportamento criminoso. Até nos países do hemisfério Norte os dados sobre a educação dos reclusos são escassos – mas uma pesquisa recente do Bureau de Estatísticas dos

Estados Unidos indica que 67 por cento dos reclusos nas prisões do Estado não completaram o ensino médio<sup>55</sup>.

A relação entre escolaridade e criminalidade é complexa. Há uma clara ligação entre (baixa) escolaridade e probabilidade de acabar na prisão, observada para adultos, bem como para jovens delinquentes. Economistas interessados nos benefícios de escolaridade têm tradicionalmente focado no estudo do retorno privado a educação. No entanto, os pesquisadores começaram recentemente a investigar se a escolaridade gera benefícios para além dos retornos privados dos indivíduos.

Seguindo a abordagem do capital humano desenvolvida por Lochner e Moretti (2003), há uma série de razões para acreditar que a educação vai afetar o comportamento criminal subsequente da pessoa adulta. À medida que a formação aumenta os salários (e reduz a probabilidade de desemprego), aumenta também os custos do crime e tenderá a reduzir a atividade criminal pós-escola. Salários mais altos elevam o custo de oportunidade do crime de duas maneiras distintas. Primeiro, a escolaridade aumenta os retornos do trabalho legítimo, elevando os custos de oportunidade de comportamento ilícito. Além disso, a punição para o crime tipicamente implica encarceramento; ora, o tempo fora do mercado do trabalho é mais caro para pessoas com rendimentos elevados, e o efeito negativo de uma condenação sobre os ganhos vai para além do tempo gasto na prisão para os trabalhadores mais educados. Em segundo lugar, a educação pode afetar diretamente as recompensas financeiras ou psíquicas do próprio crime. Ao elevar os salários, a escolaridade faz com que este “tempo perdido” seja mais caro. Finalmente, a escolaridade pode alterar as preferências de forma indireta, o que pode afetar as decisões de se envolver em atividade criminal e aumentar a aversão dos indivíduos ao risco. Estes autores sugerem assim que um aumento no nível de escolaridade do indivíduo deve causar uma diminuição na sua consequente probabilidade de se envolver em atividade criminal.

Ao analisar a relação entre crime e educação em Buea, uma série de questões relacionadas com os dados locais foram surgindo. Primeiro, há a questão da medida do crime, que é diferente entre fontes de dados. Em segundo lugar, enquanto alguns micro-dados sobre o crime contêm informações sobre as características dos criminosos, a maioria omite-os. Neste último caso, seria preciso descobrir alguns meios de combinar dados sobre a criminalidade e dados sobre a educação. Provavelmente a fonte mais comumente usada de dados na pesquisa quantitativa é a

---

55 US Department of Justice, Office of Justice Programs - Education and Correctional Population, 2003

informação sobre crimes registados pela polícia. Como nem todos esses crimes são resolvidos, este tipo de dados não contém informações sobre as características dos indivíduos que cometem estes crimes registados, portanto não é possível usá-los para estudar a relação empírica entre crime e educação. A outra principal fonte de dados sobre comportamentos criminais é sobre as pessoas que entram no sistema de justiça criminal depois de terem sido presas ou acusadas de um crime. Não obstante não terem informações sobre o nível de educação, as pastas individuais dos presos consultadas em Buea contêm dados de antecedentes criminais para os infratores condenados. E durante as entrevistas, para os fins da pesquisa, fiz sempre perguntas sobre nível de escolaridade. Mas os dados obtidos são poucos - em comparação com o número total de presos – obviando à feitura de estatísticas confiáveis.

## **2. O trabalho da ONG**

Foi a primeira vez que participei ativamente no re-nascimento de uma ONG. Como explicado acima, quando cheguei ao sítio do estágio, tive a desagradável surpresa de descobrir que o que realmente existia era só o nome da ONG, o projeto e o seu coordenador, pelo que foi praticamente preciso (re)organizar tudo com base no trabalho interrompido alguns anos antes.

Sendo licenciada em Cooperação e Desenvolvimento, uma das oportunidades profissionais (e, espero, o futuro trabalho) será no quadro de uma ONG, preferivelmente uma que colabore com populações de países do hemisfério Sul. Durante a licenciatura tive vários cursos que lidavam com o tema das ONG mas, como percebi mais tarde, de uma maneira pouco realista e idealizada.

A experiência do estágio foi assim muito estimulante, enquanto ponto de partida para uma reflexão sobre o papel das ONG, da sua eficiência e eficácia. É dela que pretendo aqui dar conta de forma crítica.

As ONG já não são hoje consideradas positivamente como acontecia há anos atrás. A era das ONG para o desenvolvimento como entidades preferidas dos doadores internacionais - que talvez possamos identificar com os anos 1990 (final de 1970 e início de 1980 viram um período de rápido crescimento para as ONG, e nos últimos 20 anos uma explosão) - já passou. Durante esse período, as (novas) ONG eram vistas como atores do desenvolvimento de um potencial ainda por explorar. Eram vistas como tendo vantagens comparativas específicas em termos de organização, em termos de flexibilidade e de capacidade de resposta da comunidade (Lewis 2001). Acreditava-se que eram os melhores atores para trabalhar eficazmente com as comunidades locais e para reduzir a

pobreza, colaborando com as organizações locais para desenvolver soluções inovadoras para os problemas de desenvolvimento. Uma crítica muito frequente, hoje, é de que têm crescido de forma muito empresarial e profissionalizada.

Muitas ONG estão muito perto do modo de organização empresarial. Umas, conhecidas pelos críticos como “business NGO”, modelaram-se deliberadamente sobre o molde de empresas particulares, ou dependem demasiado delas. As ONG maiores têm braços comerciais, departamentos de *media* e métodos e estratégias variadas e agressivas de angariação de fundos privados<sup>56</sup>.

Muitos grupos chegam a depender de presença e visibilidade nos *media* para conseguir recolher fundos, facto que está criando os maiores problemas às ONG em geral. Tendo que se adaptar a operações sofisticadas de *marketing*, de milhões de dólares, as ONG também estão a ser vistas cada vez mais como verdadeiras empresas. No passado, este tipo de organização não procurava o lucro, pagava salários baixos - ou nenhum - e dava emprego só a idealistas. Agora existe uma classe de ONG que, embora não diretamente apoiadas pelas empresas, assumiram estratégias corporativas. Estas ONG chegam a gerir fundos e a recrutar pessoal da mesma maneira e com os mesmos meios de uma empresa de médio porte. Angariadores de fundos (*fundraisers*) e o pessoal sénior de muitas ONG ganham salários comparáveis aos do sector privado.

Muitos no mundo de desenvolvimento parecem afetados por uma espécie de "saudade das ONG", no sentido de que eles olham para trás com tristeza, com a nostalgia de um momento em que as ONG eram de pequena escala, associativas e voluntaristas, como se isso fosse necessariamente uma coisa boa. Esses debates encarnam um paradoxo central das ONG que deve ser enfrentado de forma mais subtil do que se verifica em grande parte da literatura atual: criticadas por governos pela sua falta de profissionalismo, as ONG são acusadas de burocratização quando começam a ficar profissionais.

As ONG tornaram-se alvos de debate público e de críticas também fora do âmbito do desenvolvimento. Uma linha de ataque é acerca do poder pós-colonial e da moralidade. Nos últimos anos surgiram muitas opiniões críticas, apresentando argumentos que buscam desafiar muitas das assunções públicas amplamente difundidas sobre ONG. Há críticos que suspeitam que alguns grupos de ajuda são usados para propagar os valores ocidentais - como os missionários cristãos no século XIX. Muitas ONG, faltando qualquer base à população local, simplesmente

---

<sup>56</sup> Wallace, Bornstein, Chapman( 2006)

tentam impor as suas ideias sem debate, contando com o dinheiro vindo de fora. Por exemplo, muitas ONG trabalham para promover os interesses das mulheres ou das crianças, conforme definido pelas sociedades ocidentais, captando facilmente muitos fundos, mas causando perturbações sociais nos sítios onde aplicam os projectos. (Por exemplo, as campanhas anti-escravidão em África, nas quais as ONG ocidentais compram a liberdade das crianças por algumas centenas de dólares cada, são notórias. A UNICEF condenou já os grupos que fazem isto, mas algumas ONG norte-americanas continuaram a comprar escravos, ou pessoas que consideram escravos, no Sudão. Claramente, a compra de escravos, se é isso que eles são, fará pouco para acabar com esta prática). Existem autores que até sugerem um modelo para a compreensão das ONG que as equipara a um movimento missionário religioso pós-secular contemporâneo, que seria simplesmente análogo aos movimentos missionários ocidentais do passado, dos que levaram o evangelho para o resto do mundo, procurando, deste modo, promover a "verdade, a salvação e a bondade. É um movimento com objetivos e benefícios transcendentais.<sup>57</sup>

Para os críticos pós-desenvolvimento, as ONG são vistas negativamente como uma continuação das tradições coloniais e missionárias, de destruição capitalista das sociedades não-ocidentais. Deste ponto de vista, as ONG são modernizadoras e destruidoras das economias e comunidades locais, outrora baseadas em sistemas milenares de reciprocidade, nas quais a ONG introduz valores ocidentais indesejáveis.

Tvedt (2003) argumenta que as ONG chegaram a ocupar importantes papéis nos últimos anos, como atores centrais dentro de um sistema social internacional de poder que influencia a prática do desenvolvimento e os impactos sobre o desenvolvimento das sociedades civis nos países ricos e pobres. Esse autor sugere que o surgimento da ONG para o desenvolvimento nas últimas décadas constitui uma grande inovação histórica, mas que é comumente mal interpretada. Este é o resultado de uma tradição de pesquisa dominante, que tende a limitar o seu foco sobre os impactos das ONG ao nível de projeto, ou sobre as capacidades de mobilização das ONG, ou a capacidade das ONG para trabalhar para os pobres; em suma, a uma imagem "romantizada" de ONG como representante institucional da sociedade civil ( Tvedt 2003).

Uma série de fatores são comumente vistos como obstáculos potenciais na promoção do desenvolvimento sustentável para as *Southern Non-Governmental Organization* (SNGO). As SNGO são frequentemente fracas, basicamente porque raramente têm financiamento de base para cobrir as despesas de desenvolvimento institucional e desenvolver as capacidades internas. Porque as

---

57 Anderson, Rieff (2005)

SNGO raramente estão enraizadas nas próprias economias, elas estão dependentes de financiamento externo, o que pode prejudicar as agendas e os métodos de desenvolvimento baseados em projetos. Basear-se em fundos de fora é inseguro e desestabilizador, além de tornar difícil o planeamento e a execução de intervenções de longo prazo.<sup>58</sup> Além disso, o aumento das capacidades das SNGO não igualou o crescimento das expectativas em relação a elas, visto que espera-se que façam sempre melhor, mais e diferente. Mas as SNGO possuem capacidades de gestão limitadas e poucos recursos organizacionais e humanos. Estas limitações levam a um planeamento pobre, a falta de estratégia global e à pobreza no acompanhamento.

Além das fraquezas acima mencionadas, a ONG com a qual colaborei padece de uma estrutura organizacional e de gestão pobre, em parte por causa de uma aversão tradicional ao profissionalismo e ao crescimento organizacional que existe no âmbito do mundo do desenvolvimento. Enquanto organização, como a maioria das outras ONG que encontrei nos Camarões - e provavelmente muitas do hemisfério Sul -, a HisR não foi projetada, mas simplesmente aconteceu. Não surpreende que o impacto global das suas ações seja limitado. Em primeiro lugar, apesar do crescimento em recursos, esta, como outras SNGO, ainda representa uma pequena contribuição financeira para o desenvolvimento. (Em termos gerais, embora em sentido absoluto grandes quantidades de dinheiro possam ser canalizadas através de ONG, o melhoramento *per capita* é relativamente pequeno; efeitos dramáticos, como a redução da pobreza em geral, como resultado de investimentos realizados por ONG com a ajuda externa podem, por isso, nunca acontecer.) Em segundo lugar, a ONG tem, como a maioria das SNGO, tarefas muito difíceis, em ambientes muito difíceis e incontroláveis e em condições económicas deteriorantes.

---

58 Fowler, James (1994)